



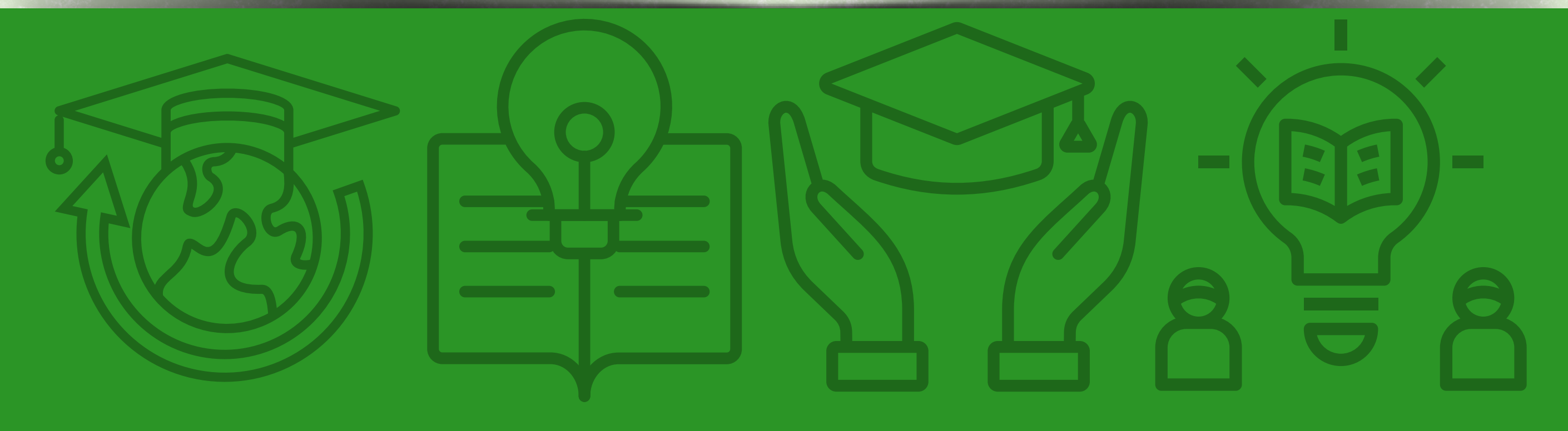
CADERNO (AUTO) REFLEXIVO DO/A PEDAGOGO/A:

IMPRESSÕES DE UM PESQUISADOR-PEDAGOGO

na Rede Federal de Ensino

**George Venancio Santos de Lima
Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti**

**Maceió/AL
2024**



**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS (PROFEPT)
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS (IFAL)
Campus Benedito Bentes**

Expediente Técnico:

Autor

George Venancio Santos de Lima
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6379010865989517>

Coautor/ Orientador

Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2706881213553955>

Artes, Projeto Gráfico e Diagramação

Diego Felipe Martins de Souza

Revisão linguístico-gramatical

Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas (Ifal)
Campus Avançado Benedito Bentes
Biblioteca



L732c

Lima, George Venancio de.

Caderno (auto) reflexivo do/a pedagogo/a: impressões de um pesquisador-pedagogo na rede federal de ensino / George Venancio Santos de Lima; Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti.. – 2024.

66 f. : il.

ISSN: 978-65-01-09998-9

Produto Educacional da Dissertação - O papel do/a pedagogo/a no processo de planejamento curricular integrado na rede federal de ensino (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2024.

1.Ensino Profissional e Tecnológica. 2. Currículo Integrado 3. Pedagogo.
4.Formação Continuada Docente. 5. Produto Educacional. I. Cavalcanti,
Ricardo Jorge de Sousa. II. Título.

CDD: 370

Fernanda Isis Correia da Silva
Bibliotecária - CRB-4/1796

Sumário

1

Descrição Técnica do Produto Educacional.....4

O nosso Caderno (auto)Reflexivo6

Apresentação - Palavras do autor7

Apresentação - Palavras do coautor.....9

Por que um Caderno (auto)Reflexivo? A quem ele se destina?.....11

2

O Produto Educacional na Perspectiva do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT.....12

Como tudo começou.....14

Campo de Pesquisa: Instituto Federal de Alagoas (Ifal), Campus Satuba.....16

Instituto Federal de Alagoas (Ifal) - Visão Estratégica.....17

3

Educação Profissional e Tecnológica – EPT.....19

Linha do Tempo da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.....20

A Educação Profissional e Tecnológica no contexto da Reforma do Ensino Médio.....22

O que é Ensino Médio Integrado?.....23

Ensino Médio Integrado: breves reflexões.....24

Eixos do Ensino Médio Integrado.....24

O que é Currículo Integrado?.....25

Quais as origens desse conceito?.....27

Organização Curricular na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).....27

4

Planejamento Curricular Integrado no Ensino Médio Integrado (EMI).....28

Planejamento Curricular no Ensino Médio Integrado: contextualização e definição.....29

Planejamento na Educação Profissional e Tecnológica.....31

Eixos Direcionadores a um Planejamento na Educação Profissional Tecnológica.....32

O/A pedagogo/a como parte constitutiva do processo de planejamento curricular integrado.....34

Quem é o/a profissional pedagogo/a?.....35

O/A pedagogo/a no Instituto Federal.....36

Principais atribuições do/a pedagogo/a no Instituto Federal.....36

Formas de atuação do/a pedagogo/a no Planejamento Curricular Integrado...37

Possíveis desafios que podem emergir no Processo de Planejamento Curricular Integrado.....37

Possibilidades de minimizar os desafios.....38

O papel do/a pedagogo/a no processo de planejamento curricular integrado na EPT.....39

5

<u>Formação Continuada Docente</u>	<u>40</u>
O passo a passo para um plano de formação continuada docente.....	<u>42</u>
Formação continuada de professores em 5 passos.....	<u>43</u>
Pautas formativas: construção de saberes docentes em	
Formação Continuada.....	<u>45</u>
Refletindo sobre a organização de uma pauta formativa.....	<u>46</u>
Como elaborar uma pauta formativa.....	<u>47</u>
Dicas para montar um calendário formativo.....	<u>48</u>
Sugestões de temas para a formação continuada.....	<u>48</u>
Fundamentos legais e normativos para a EPT.....	<u>50</u>

6

<u>Impressões do Pesquisador-Pedagogo</u>	<u>51</u>
O que dizem os/as Pedagogos/as?.....	<u>52</u>

7

<u>Algumas considerações, que não se tenham como finais</u>	<u>58</u>
--	------------------

Referências	<u>61</u>
--------------------------	------------------

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO EDUCACIONAL

Título do Produto Educacional: Caderno (auto)Reflexivo do/a Pedagogo/a: impressões de um Pesquisador-Pedagogo na Rede Federal de Ensino.

Origem do Produto: Dissertação intitulada: “O papel do pedagogo no processo de planejamento curricular integrado na Rede Federal de Ensino.”

Título do Produto Educacional: Caderno (auto)Reflexivo do/a Pedagogo/a: impressões de um Pesquisador-Pedagogo na Rede Federal de Ensino.

PPG ao qual está ligado: Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), *Campus* Benedito Bentes do Ifal.

Área de Conhecimento: Ensino.

Área de Concentração: Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em EPT.

Macroprojeto: Práticas Educativas no Currículo Integrado.

Categoria deste Produto: Manual/Material textual.

Finalidade: Apresentar subsídios teórico-práticos e metodológicos para atuação do Pedagogo no processo de discussão do currículo integrado do Ensino Médio Integrado da Rede Federal de Ensino, a fim de que possa contribuir na atuação desse/a profissional nos processos formativos inerentes ao planejamento curricular integrado na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de ações integradoras entre docentes da formação geral e da formação profissional com vistas à formação omnilateral dos/as estudantes.

Estruturação do Produto: Caderno (auto) Reflexivo do/a pedagogo/a, contendo orientações teórico-práticas e metodológicas sobre o papel do/a pedagogo/a no processo de planejamento curricular integrado na Rede Federal de Ensino.

Registro do Produto/Ano: Biblioteca do Ifal - Campus Benedito Bentes, 2024.

Avaliação do Produto: Produto Educacional avaliado por pedagogos/as, que desenvolvem os seus saberes profissionais do âmbito do Instituto Federal de Alagoas (Ifal).

Disponibilidade: Irrestrita, preservando-se os direitos autorais, bem como a proibição do uso comercial do produto.

Divulgação: Em formato digital.

Instituições Envolvidas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifal).

URL: <https://www2.ifal.edu.br/profept>

Idioma:Português - **País:** Brasil - **Estado:** Alagoas - **Cidade:** Maceió.

SOBRE A AUTORIA

George Venancio Santos de Lima

Professor, na função de Coordenador Pedagógico, da Rede Estadual Pública de Ensino de Alagoas. Graduado em Pedagogia e em Letras Português/Inglês. Especialista em Gestão Escolar e Educação Integral; Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/Ifal), *Campus* Benedito Bentes.

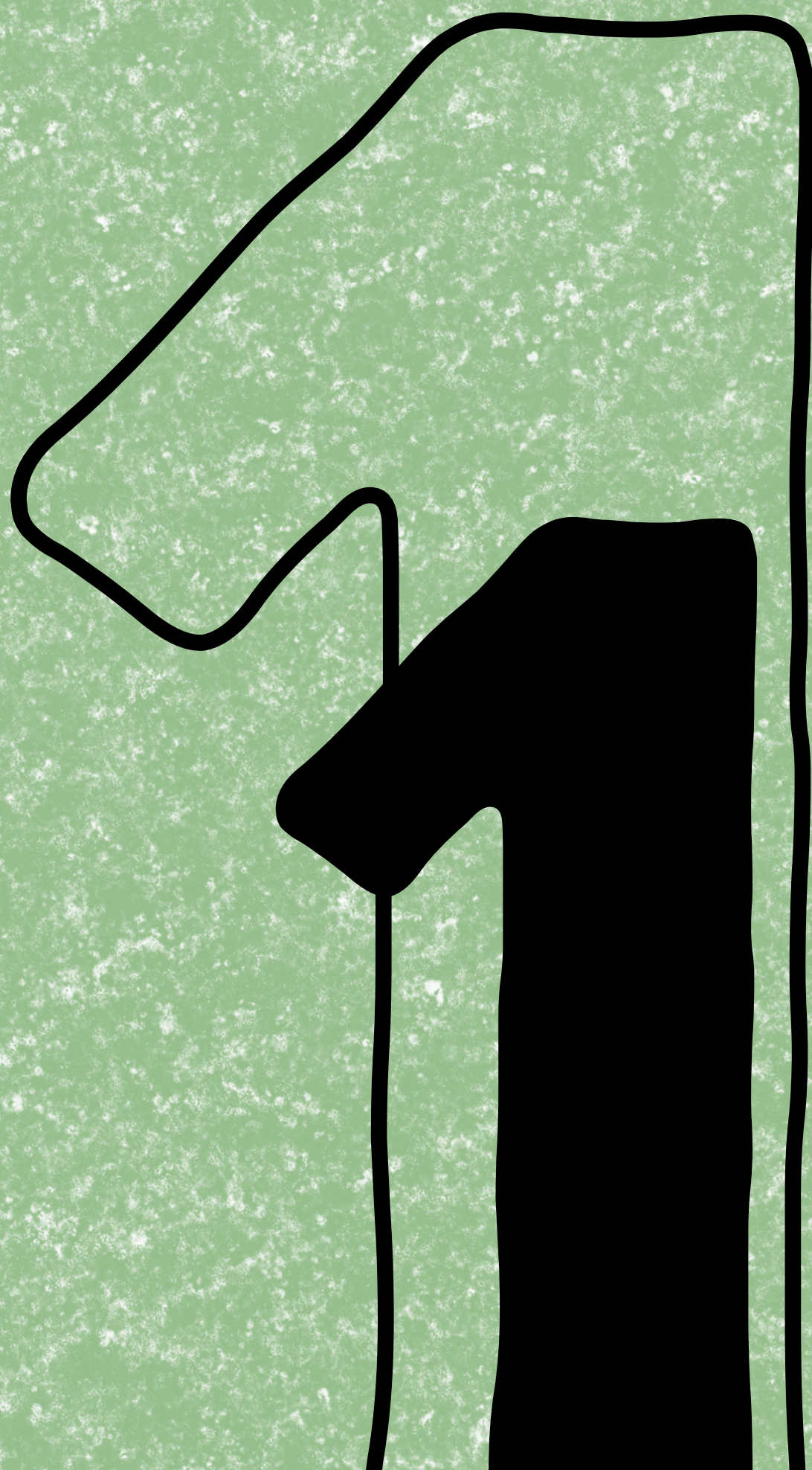
E-mail: jvsl4@aluno.ifal.edu.br

Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti

Professor efetivo de Língua Portuguesa do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – Ifal, *Campus* Maceió. Professor e Pesquisador Permanente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/Ifal), *Campus* Benedito Bentes/Ifal, onde exerceu a função de Coordenador Acadêmico Local (2018-2020/ 2020-2022). Doutor e Pós-Doutor em Linguística.

E-mail: ricardo.cavalcanti@ifal.edu.br

O nosso Caderno
(auto)
Reflexivo



APRESENTAÇÃO

Palavras do Autor



As ações desenvolvidas pelo/a Pedagogo/a nos Institutos Federais (IFs) têm uma intencionalidade concebida e interpretada dentro do processo das ações pedagógicas em âmbito escolar, direcionadas aos/às docentes com vistas a uma perspectiva de formar uma possibilidade de unidade dentro da diversidade. Nesse sentido, há de se tencionar os processos voltados à formação continuada docente, especialmente, no que tange ao currículo integrado e às ações de integração entre os componentes curriculares da denominada formação geral e aqueles da formação profissional no âmbito do Ensino Médio Integrado, especialmente, ofertado na Rede Federal de Ensino.

Dentre as várias atribuições do Pedagogo/a, no seu campo de atuação nos Institutos Federais, compreende-se que é um dos papéis desse/a profissional participar de atividades formativas de articulação nas diferentes fases de elaboração do currículo escolar integrado, que prima pela integração entre a formação geral e a formação profissional. Nesse tocante, entendemos quão desafiadora se faz tal atribuição para esse/a profissional, que mesmo diante de seus saberes sobre o campo educacional, carece de apropriar-se das mudanças constantes no meio social, que conduzem a implicações no modo como os currículos são constituídos para que possa, assim, fomentar processos formativos nos/nas docentes com o fito de superar a dualidade histórica entre formação geral e formação profissional. Dessa forma, o papel do/a Pedagogo/a na Rede Federal de Ensino, no contexto brasileiro, se coaduna com as necessidades de um processo formativo docente em termos de integração com vistas à efetivação do processo educativo dentro de uma concepção formação omnilateral dos sujeitos – princípio presente nas bases conceituais dessa Rede.

Nesse sentido, a nossa intenção ao elaborar este Caderno (auto)Reflexivo do/a Pedagogo/a é o de contribuir, de algum modo, para a reflexão sobre a atuação do/a pedagogo/a nos processos formativos inerentes ao planejamento curricular integrado entre docentes da formação geral e da formação profissional visando uma formação humana integral dos/as estudantes nesse lócus formativo profissional.

Elegemos o método da Pesquisa-ação para a realização de nosso estudo, que parte de uma pesquisa mais ampla e que dá margem à elaboração deste Produto Educacional, doravante PE, pois, dessa forma compreendemos que pode haver um maior envolvimento por parte dos/as pesquisadores/as nas questões do cotidiano dos/as participantes. Parafraseando Barbier (2002, p. 14), não existe pesquisa-ação sem a implicação dos pesquisadores. Já, para Thiollent (1986), tal perspectiva se assume como:

A pesquisa-ação é um tipo de investigação social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 1986, p.14).

Para interpretação dos nossos dados, elegemos o método de Análise de Conteúdo (AC), técnica de análise a que nos filiamos à Bardin (1977, p.38), como “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Considerando que, nos casos de pesquisa qualitativa, o/a pesquisador/a tem a liberdade para escolher a técnica de análise que deseja utilizar, em comum acordo com o seu objeto de estudo e para o qual os seus objetivos lhe direciona.

Prof. Me.George Venancio Santos de Lima
Professor da Rede Estadual Pública de Ensino de Alagoas
Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo ProfEPT/Ifal.

APRESENTAÇÃO

Palavras do Coautor



O encontro com George Venancio, no ProfEPT/Ifal, e, desde então, a sua proposta de trabalho investigativo voltado à figura do/a Pedagogo/a na Rede Federal de Ensino, causou-me interesse em realizar o seu processo de orientação. Obviamente, de lá, abril de 2022, até a fase de chegada à materialização deste Produto Educacional, houve algumas (e necessárias) mudanças a fim de que, alinhados à Linha de Pesquisa 1: “Práticas Educativas em EPT”, no Programa ao qual nos filiamos, pudéssemos assumir um caráter reflexivo numa pesquisa que toca, diretamente, em aspectos necessários, mas, ao mesmo tempo, delicados. Os dados nos fazem, constantemente, reconhecer a necessidade de ações mais sistematizadas à atuação do/a Pedagogo/a na Rede Federal de Ensino, especialmente, ao compreendermos, entre os papeis por esse sujeito profissional ora desempenhados, a eminente necessidade de participação mais ativa, inclusive na mediação, em processos formativos docentes com vistas à integração curricular.

O Produto Educacional em tela é, em alguma medida, uma forma de possibilitar a todos/as que são e/ou exercem a função de Pedagogo/a na Rede Federal de Ensino a reflexão sobre os seus fazeres laborais e, sobretudo, sobre a importância que esse profissional desempenha nos processos formativos educativos. Reconhecemos, em meio ao turbilhão de ações assumidas por esse profissional, que, como se presta a debater nesse trabalho, a sua figura em processos formativos é imprescindível, uma vez que ele/ela, a partir de sua formação, compreende e pode possibilitar um melhor direcionamento sobre a integração curricular, de fato, na EPT, nos *loci* onde atua.

Diferentemente de outros espaços por onde passamos, em nossas experiências profissionais, o/a Pedagogo/a na Rede é uma função, cuja entrada se dá por meio de concurso público e que, mesmo nos cursos de nível médio e de nível superior na Rede ter as figuras dos coordenadores de curso, é, por meio dele/a, que a mediação entre práticas metodológicas, concepções de ensino-aprendizagem, integração entre componentes da base formativa geral com a profissional, entre tantas outras, pode ocorrer, mesmo na consideração de que, ao tempo em que exerce múltiplas atribuições no seu fazer cotidiano, carece de políticas mais sistematizadas, inclusive, que façam ter uma maior compreensão sobre a sua atuação, sobretudo, na categoria de docentes da EBTT.

O Produto Educacional, cuja tipologia se caracteriza como um material textual, foi elaborado na condição de o pesquisador-pedagogo ter experiência semelhante na Rede Estadual de Ensino e, com isso, tenta aproximar as suas vivências com a necessidade de encontro (cruzamento) com aquelas oriundas dos/as participantes da pesquisa na Rede Federal de Ensino.

O intuito, obviamente, não foi de trazer à tona situações que assumam um caráter valorativo de “certo” ou de “errado”, uma vez que, a nós, cabe agradecer, grandiosamente, a abertura dada para a realização deste trabalho. O propósito central, acredito que, em alguma medida, cumprido quase em sua integralidade, foi o de problematizar o papel desse eminente profissional que atua tanto com estudantes quanto com docentes, mas que, nesse recorte, voltamo-nos a entender os processos por que passam nas formações continuadas em serviço nos loci onde desempenham tal função.

A mim, na condição de orientador, é de extrema satisfação poder reconhecer o esforço de ambas as partes envolvidas no processo, pesquisador e sujeitos participantes, a fim de que pudéssemos chegar a esse resultado, que como vimos a tratar, não se pretende, de modo algum, que seja entendido como acabado, uma vez que nele há lacunas, e, por isso, cabe desdobramentos, que, inclusive, podem ensejar a aplicações em outros contextos e a replicações. Portanto, este material enuncia anseios que foram realizados na medida em que o Mestre Jeorge Venancio não somente se concebe como um sujeito pesquisador, mas, sobretudo, um ser humano sensível e um profissional e estudante comprometido com a sua formação e com a de todos/as que com ele têm a oportunidade de cruzar.

Que Jeorge e os/as nossos/as participantes da pesquisa, igualmente comprometidos/as com os processos de ensino-aprendizagem e com os seus fazeres acadêmicos e profissionais, possam continuar a jogar sementes nos solos da pesquisa acadêmica e que florescem-nas em espaços reais, cuja necessidade é pungente a fim de que tenhamos, cada vez mais, políticas de reparação aos/às trabalhadores/as brasileiros/as, filhos/as da classe operária deste País, na busca incessante por melhores condições sociais, tanto nos espaços cotidianos a que acessamos quanto em seus fazeres profissionais. É sobre isso que temos insistido. Boa leitura a todos/as!

Prof.Dr.Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti Docente EBTT no *Campus* Maceió/Ifal e Professor Permanente do ProfEPT/Ifal
Doutor e Pós-Doutor em Linguística.
Líder do Digeneri (CNPq/Ifal) - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Corpo, Diversidade, Gênero e Inclusão.
Coordenador do Nugedis - *Campus* Maceió.

Por que é um **Caderno (auto)Reflexivo?**

A quem ele se destina?

Este “Caderno (auto) Reflexivo do/a Pedagogo/a: impressões de um Pesquisador-Pedagogo na Rede Federal de Ensino”, caracteriza-se, na condição de Produto Educacional, como um material textual, voltado à coletânea de ações, que apresenta subsídios teórico-práticos e metodológicos para possibilidades de atuação do/a Pedagogo/a, em processos formativos continuados docentes ligados à necessária discussão do Currículo Integrado do Ensino Médio, ofertado pela Rede Federal de Ensino, especificamente, com o intuito de abordar temas atrelados à Formação Humana Integral, à Politecnia e à Omnilateralidade, bem como aos saberes profissionais docentes, na atuação do Ensino Médio Integrado.

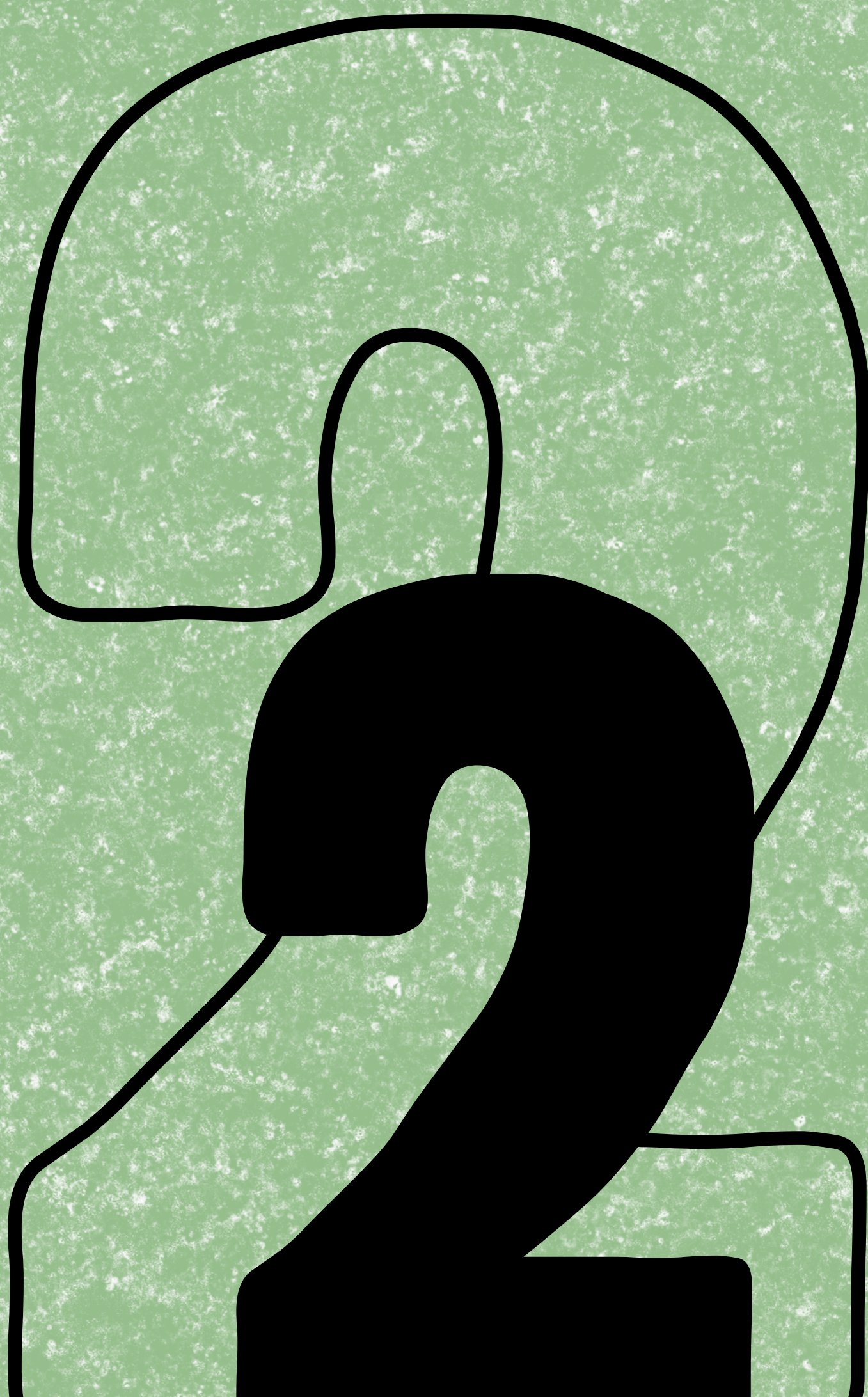
Elaboramos, com efeito, este Caderno (auto) Reflexivo do/a Pedagogo/a, a partir de nossa atuação como pesquisadores na Rede Federal de Ensino, no contato com Pedagogos/as, com vistas a colaborar, a partir dos olhares que lançamos para o/a Pedagogo/a na Rede Federal de Ensino, no sentido de enaltecer os processos formativos docentes, atrelados à perspectiva de Currículo Integrado, tendo em conta um dos campi, no âmbito do Ifal, que nos serviu colaborativamente como espaço de investigação/estudo e, sobretudo, de autorreflexões.

Anseia-se, com isso, que este Produto Educacional possa proporcionar, de algum modo, reflexões para a atuação do/a Pedagogo/a na Rede Federal de Ensino no que tange aos processos formativos inerentes ao planejamento curricular integrado para o trabalho com discussões a respeito de ações integradoras entre docentes da formação geral e os/as da formação profissional.



O PRODUTO EDUCACIONAL

**NA PERSPECTIVA DO PROGRAMA DE MESTRADO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA – PROFEPT**



Nos Mestrados Profissionais, faz-se necessário que, além de elaborar uma dissertação, o/a discente também elabore um Produto Educacional como parte integrativa do trabalho investigativo, na perspectiva de atendimento aos ditames do que preconiza a Capes. Para tanto, a ideia da pesquisa é procurar, em alguma medida, solucionar ou minimizar problemas observados, sendo que o Produto Educacional se configura como uma possibilidade didático-pedagógica com o propósito de auxiliar nesse processo, promovendo devolutiva de resposta a tal prognóstico, posto que tem “[...] o intuito de responder a uma/um pergunta/problema, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo” (Bessemer; Treffinger, 1981 apud Rizzatti et al., 2020, p. 07).

O Produto Educacional tem como pressuposto a sua aplicabilidade, e até replicabilidade, por outros/as pesquisadores/as no contexto real, seja em sala de aula ou em outro ambiente não necessariamente formal de ensino. Porquanto,

[...] a modalidade profissional necessita estabelecer uma interlocução com demais setores da sociedade, extrapolando os muros da academia e promovendo “transferência de tecnologia” científica e/ou cultural, bebendo na fonte da pesquisa aplicada, além de ampliar o tempo de exposição e reflexão do profissional aos referenciais teórico-metodológicos de cada área de conhecimento (Rôças; Moreira; Pereira, 2018, p. 61).

Para isso, ao debatermos sobre as noções desta tipologia de Produto Educacional, para o qual nos direcionamos e nos predispomos a elaborar, intencionamos tratar dos assuntos que tiveram relevância nos encontros entre o pesquisador e os/as pedagogos/as, participantes de nossa pesquisa, catalogando o passo a passo. Com base em nossa experiência vivenciada, buscamos estabelecer essa interlocução com pedagogos/as e docentes da formação geral e da formação profissional no lócus investigado, a partir de práticas que possam dar acesso ao material produzido. Ademais, de algum modo, este material possa servir para consulta e reflexões, não somente por parte de pedagogos/as na Rede Federal de Ensino, mas também, e talvez, principalmente, por docentes a fim de compreender o relevante papel dos/as pedagogos ao se disporem a trabalharem aspectos de elevação do Currículo Integrado entre docentes da formação geral e da formação profissional, numa espécie de amálgama didático-formativo nos processos formativos ligados ao Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Como tudo **começou?**

A temática Planejamento Curricular está presente ao longo de toda minha trajetória acadêmica e profissional, na condição de autor principal deste trabalho. A minha formação acadêmica é em Pedagogia, com habilitação em docência: da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental, magistério dos componentes curriculares pedagógicos do ensino médio e coordenação pedagógica: supervisão escolar e orientação educacional. Na minha trajetória profissional, estive na função de coordenador pedagógico por 21 (vinte e um) anos, o que implica estar diretamente envolvido com questões inerentes aos processos de planejamento curricular, neste caso, mais especificamente, na Rede Estadual Pública de Ensino, lócus onde desenvolvo os meus fazeres profissionais atualmente.

A minha experiência profissional na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) inicia-se quando o Governo do Estado de Alagoas lança, em 2015, o Programa Alagoano de Ensino Integral (pALei). Na oportunidade, fui selecionado, por meio de edital intrarrede, para atuar na função de Coordenador Pedagógico na primeira escola de ensino médio em tempo integral integrado à EPT da Rede Estadual Pública de Ensino de Alagoas.

A escola onde atuei na EPT, à época, oferecia três cursos integrados, a saber: a) Curso do Eixo de Informação e Comunicação (Montagem e Manutenção de Computadores); b) Curso do Eixo Produção Industrial (Análises Químicas); e c) Curso do Eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer (Turismo e Hospedagem). Ao todo, a escola atendia a oito turmas do ensino médio, sendo quatro turmas das primeiras séries, três turmas de segundas séries e uma turma de terceira série, na perspectiva de ensino médio em tempo integral com duração de 3 (três) anos.

A estrutura física atendia, de forma satisfatória, à demanda e contava com 13 (treze) docentes da formação geral, 9 (nove) docentes da formação profissional e 3(três) supervisores de curso. Contudo, todos os/as docentes e supervisores de curso eram coordenados pela Coordenação Pedagógica, sobretudo, no que se refere à formação continuada e aos processos que envolviam o planejamento e a integração curricular.

Para mim, foi um momento novo, bem como para todos os/as que se dispuseram a participar dessa experiência e, ao mesmo tempo, desafiador, visto que foi necessário buscar referências que nos possibilitassem a promoção de um currículo integrado dentro das condições e limitações na qual nos encontrávamos. A cada descoberta, emergia um novo desafio, que precisávamos superar dentro das condições que a Rede Estadual nos permitia e das nossas próprias limitações, dentro de um processo contínuo de estudos e de criação de referências, que pudessem ressignificar nossa prática.

Paulatinamente, elaboramos um documento orientador do pALei junto à Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (SEDUC/AL), tendo em vista que a escola era polo de referência do Programa na Rede Estadual de Ensino de Alagoas.

Nesse cenário, a SEDUC/AL promoveu visitas técnicas da equipe gestora da escola a outras escolas que já trabalhavam na perspectiva do ensino médio em tempo integral integrado à Educação Profissional e Tecnológica nos estados de Pernambuco e Fortaleza. Das visitas realizadas, pudemos compreender, ainda que a grosso modo, os princípios embasadores do ensino em tempo integral e da EPT. Nesse contexto, deparamo-nos com os conceitos de educação interdimensional e de formação omnilateral, o que nos causou inquietação no sentido de compreendê-los e fazer a transposição à prática, conjugando a filosofia inerente a tais conceitos.

A princípio, ficou evidente que o Programa de ensino integral deveria ser compreendido dentro de uma perspectiva de Educação Integral, que se fundamenta na filosofia da Educação interdimensional, que defende a construção do ser humano em sua inteireza, ou seja, nas suas quatro dimensões: cognitiva, afetiva, espiritual e da corporeidade. Outro ponto que ficou compreendido era que a EPT deveria se fundamentar por meio de uma proposta curricular integrada com vistas à formação omnilateral dos/as estudantes. A formação omnilateral, conforme destaca Sousa (1999), em nossa paráfrase, tem um caráter totalizante, possibilita uma formação humana integral, preocupada com o desenvolvimento do homem enquanto ser 'não-alienado e dotado de uma formação verdadeiramente humana, omnilateral' (Sousa, 1999, p. 100).

A formação omnilateral parte da plena expansão do sujeito, inserindo-se dentro do projeto de desenvolvimento social que possibilite uma equidade maior, não limitando-se ao mercado de trabalho. Assim, alcançaremos as potencialidades libertadoras do ser humano e superaremos a alienação que sofre o homem (Saviani, 2003). Para a materialização destes conceitos, na prática pedagógica, é preciso, sobretudo, o desenvolvimento de um processo de formação continuada de toda a equipe pedagógica da escola, em especial, do corpo docente.

Estávamos diante de uma situação totalmente nova, ao menos, para nós, e completamente desafiadora, que carecia de muito estudo e compreensão do que queríamos e do que iríamos fazer para alcançar os propósitos almejados. Portanto, era fundamental a formação de todos/as os/as docentes, tanto da formação geral quanto da formação profissional, fundamentada na filosofia de Educação interdimensional e na formação omnilateral. Esse era um desafio que deveria ser assumido por todos/as, principalmente pelo/a pedagogo/a, na função de coordenador/a pedagógico/a, que assumiria, pela natureza de sua formação acadêmica, o papel de formador/a e cabia a ele/ela também o compromisso de estudar, aprofundar os seus saberes dentro dessa perspectiva no sentido de desenvolver processos formativos, de forma colaborativa, com os/as docentes na perspectiva do trabalho voltado à integração curricular e à formação global dos/as estudantes.

O/A pedagogo/a assumia o papel de planejar e implementar momentos de estudos e de planejamento que promovessem a formação docente e a integração curricular pautadas pela pedagogia interdimensional e na formação omnilateral dos sujeitos. Estávamos diante de duas perspectivas de formação de sujeitos: de um lado, a educação interdimensional; e, do outro, a formação omnilateral. Entendemos que as duas não diferenciam entre si, mas se complementam no sentido de possibilitar a formação integral dos/as estudantes.

Ainda que de forma incipiente tenhamos conseguido avançar nesse processo, porém alguns limites impossibilitaram a continuidade da proposta de forma satisfatória, entre outros, a rotatividade dos/as docentes. Porém, o pALei foi universalizado na Rede Estadual de Ensino de Alagoas, a nosso ver, precisando de ajustes necessários que são inerentes, em específico, a todo processo de planejamento e de formação docente.

Dessa forma, ao adentrar no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), no âmbito do Ifal, e ao tomar conhecimento de suas bases conceituais, vi a oportunidade de aprofundar os meus estudos sobre o tema “planejamento curricular”, sendo, a partir de então, sob a perspectiva do planejamento curricular integrado, mais especificamente, sobre o papel do/a Pedagogo/a no planejamento curricular na Rede Federal de Ensino, o que resultou sobre as minhas vivências, impressões e cruzamentos para o desenvolvimento deste PE, que ora lhes apresentamos.

Campo de Pesquisa: Instituto Federal de Alagoas (IFAL), *Campus Satuba*



Fonte: Google Imagens, 2024.

O Instituto Federal de Alagoas (Ifal) - *Campus* Satuba foi criado em 30 de agosto de 1911, com o nome de Patronato Agrícola de Alagoas. Sua origem provém da estação Agronômica implantada na Usina Wanderley, quando doada à Sociedade de Agricultura Alagoana, em 7 de outubro de 1905. A estação era dotada de campo de experiências e demonstrações, bem como de um posto zootécnico, sob a direção do Agrônomo Miguel Guedes Nogueira. Esta entidade precursora e pioneira preparava mão de obra qualificada para o campo, como feitores e administradores de propriedades rurais, além de ministrar cursos de formação de pedreiro, carpinteiro, ferreiro, entre outros.

Em 1943, o aprendizado passou a oferecer três níveis de cursos: Curso Básico, Curso Rural e Curso de Adaptação. Em 1957, a escola começa a ofertar o Curso Técnico em Agricultura, com sua primeira turma formada em 1960. Em 1964, eram concedidos os cursos de Iniciação e Mestria Agrícola. Somente em 1979, com a unificação nacional da nomenclatura, a formação recebeu o título atual de Curso Técnico em Agropecuária. Com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em dezembro de 2008, a Escola foi incorporada ao Instituto Federal de Alagoas (Ifal) e recebeu sua nomenclatura atual. Atualmente, o *Campus* conta com cinco cursos, a saber: Agroindústria (integrado ao Ensino Médio); Agroindústria (integrado ao ensino Médio e subsequente); Informática (Educação de Jovens e Adultos de Nível Médio com Qualificação Profissional); Processamento de Alimentos (Educação de Jovens e Adultos de Nível Médio com Qualificação); e Laticínios (Curso superior Tecnológico).

Instituto Federal de Alagoas (IFAL) - Visão Estratégica

(Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019-2023)

Missão

Promover educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos críticos para o mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento sustentável.

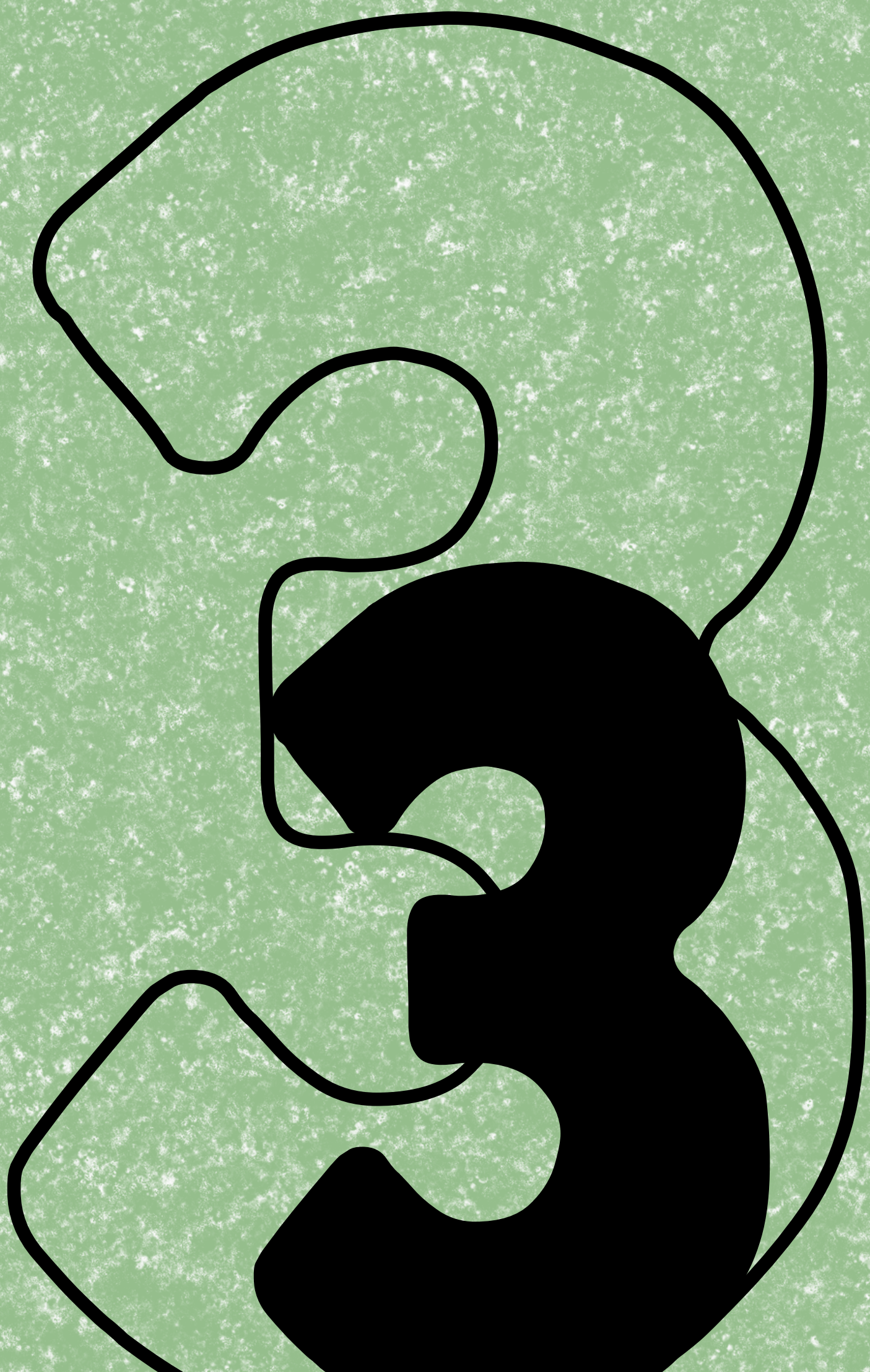
Visão

Consolidar-se como uma instituição de referência nacional em educação profissional, científica e tecnológica, pautada na cultura e na inovação, em consonância com a sociedade.

Valores

- Ética
- Compromisso social e institucional;
- Gestão democrática;
- Transparência;
- Busca pela excelência; e
- Compromisso com a sustentabilidade.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



Linha do tempo da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

O Observatório da EPT apresenta uma linha do tempo com um histórico da Educação Profissional no Brasil, evidenciando seus principais marcos jurídicos. No decorrer dos anos, A Educação Profissional foi ofertada sob diversas nomenclaturas, iniciando como Escolas de Aprendizes e Artífices, até chegar aos dias atuais, como Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os conhecidos IFs. A seguir, para fins didáticos, traçamos tal evolução cronológica:

- 1909 - Escolas de aprendizes artífices - Decreto nº 7.566, cria a primeira escola de aprendizes artífices;
- 1942 - Criação do Senai - Reforma Capanema, estrutura o ensino industrial, estrutura, reforma o ensino comercial e cria o Senai. Mão de obra qualificada sem exigência de alta escolarização;
- 1946 - Criação do Senac - Instituído pelo Decreto-Lei 8.621, em janeiro de 1946, e subordinado à Confederação Nacional Comércio (CNC);
- 1961 - 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 4.024, que estabeleceu a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira, reconhece os cursos profissionalizantes para acesso ao ensino superior;
- 1971 - EPT torna-se obrigatória - A Lei nº 5.692 institui o ensino de 2º grau e torna obrigatória a EPT para desenvolver potencialidades, qualificar para o trabalho e preparar para a cidadania;
- 1982 - EPT torna-se facultativa a cada escola - Lei nº 7.044, que define que a profissionalização deixa de ser obrigatória, sendo facultada a cada escola;
- 1988 - A educação como preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho: - Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
- 1991 - Criação do Senar - Criado no mesmo modelo do Senai e do Senac pela Lei 8.315 de dezembro de 1991 e regulamentado pelo decreto 566, de junho de 1992;
- 1996 - Preparação do jovem para a vida social, política e produtiva - Lei 9.394 (LDBEN), que institui a preparação do jovem para a vida social, política e produtiva;
- 1997 - EPT torna-se distinta do Ensino Médio - Decreto nº 2.208, afirma que a EPT teria uma organização própria, afastando-a do Ensino Médio;

- 1999 - Expansão dos Cursos Superiores de Tecnologia - Início da expansão de Cursos Superiores de Tecnologia;
- 2004 - EPT integrada ao Ensino Médio Regular - Decreto 5.154, estabelece a oferta da EPT integrada ao Ensino Médio Regular;
- 2008 - Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos e IFs - Portaria MEC nº 870, institui o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Lei nº 11.892, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Lei nº 11.741, redimensiona, institucionaliza e integra as ações de EPT de nível médio e tecnológico e EJA à LDB;
- 2012 - Definição de Diretrizes Curriculares Nacionais para a EPT - Resolução CNE/CEB nº 6, define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Técnica de Nível Médio;
- 2017 - EPT articulada ao Ensino Médio regular - Lei nº 13.415, possibilita o Ensino Médio regular articulado à formação técnica e profissional em um turno/período (pelo menos de 3.000 horas totais);
- 2018 - Cursos Técnicos, Qualificações Profissionais e Aprendizagem - Resolução CNE/CEB nº 3, define Diretrizes curriculares Nacionais do ensino Médio. A EPT é classificada em curso técnico de nível médio, qualificações profissionais ou programa de aprendizagem profissional;
- 2020 - 4ª Edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - Resolução CNE/CEB nº 3 (15/12/2020). Aprovação da 4ª Edição do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos;
- 2021 - Definição de Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais - Resolução CNE/CP nº 1 define; as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica;
- 2021 - Diretrizes Operacionais para a Educação de jovens e Adultos (EJA) - Resolução CNE nº 1, define as Diretrizes Operacionais para a EJA nos aspectos relativos ao seu alinhamento à PNA e à BNCC, e EJA a Distância;
- 2021 - Nova Portaria do Programa de Aprendizagem Profissional - Portaria/MTP nº 671/2021 regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção no trabalho, às políticas públicas e relações de trabalho, incluindo a aprendizagem profissional;
- 2023 - Lei 14.645/2023. A Lei nº 4.645/2023, determina a criação de uma Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Educação Profissional e Tecnológica no **contexto** da Reforma do Ensino Médio

Recentemente, a Reforma do Ensino Médio, promovida por meio da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que alterou a LDBEN, não modificou a seção que trata Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no Capítulo II, e, tampouco, modificou a parte que trata da Educação Profissional e Tecnológica, no Capítulo III, da mesma LDBEN. Numa visão geral, a reforma do ensino médio teve como principais alterações na oferta do ensino médio:

A. a composição do currículo pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e por itinerários formativos;

B. a alteração na carga horária de 2400 horas para 3.000 horas totais (sendo 1.800 horas para o cumprimento da BNCC e 1.200 horas para os itinerários formativos);

C. a organização dos itinerários formativos em 5 arranjos diferentes, compreendendo as quatro áreas do conhecimento da BNCC e o da formação técnica e profissional:

- I. linguagens e suas tecnologias;
- II. matemática e suas tecnologias;
- III. ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV. ciências humanas e sociais aplicadas;
- V. formação técnica e profissional.

Apesar de não alterar os dispositivos da LDB diretamente relacionados à EPT, a reforma do ensino médio impactou a oferta da EPT, ao prever um quinto itinerário formativo, de formação técnica e profissional. A repercussão da reforma do ensino médio ampliou a discussão e ressaltou a necessidade de atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, vigentes desde 2012, conforme Parecer CNE/CP Nº 7/2020, que apresenta novas diretrizes:

As mudanças trazidas pela Lei nº 13.415/2017, por meio do art. 36, ao flexibilizarem a organização curricular do ensino médio “por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino”, inclusive por meio de um itinerário dedicado “Formação Técnica e Profissional”, exigem que as atuais Diretrizes Curriculares da Educação Profissional Técnica de Nível Médio se alinhem às demandas dos setores produtivos e que sejam capazes de responder adequadamente aos atuais desafios apresentados às instituições e sistemas de ensino do país [...] (Brasil, 2020).

Para Moura e Lima Filho (2017), a reforma do ensino médio “agrava a fragmentação, a hierarquização social e a qualidade do ensino médio. A “nova” organização proposta é velha na política educacional brasileira e reforça a dualidade educacional e social que caracteriza historicamente o País” (Moura; Lima Filho, 2017, p.109). A nova redação da LDBEN, promovida pela reforma da oferta do ensino médio, por meio da Lei nº 13.415/2017, apresenta a possibilidade de itinerário formativo integrado à BNCC:

§ 3º A critério dos sistemas de ensino, poderá ser composto itinerário formativo integrado, que se traduz na composição de componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular - BNCC e dos itinerários formativos, considerando os incisos I a V do caput (Brasil,1996).

Diante da possibilidade de itinerários formativos integrados, e ainda que, historicamente, a relação entre a educação básica e a educação profissional seja marcada pela dualidade educacional e social, como apontada por Moura e Lima Filho (2017), em corroboração a outros/as autores/as, questiona-se: as escolas e profissionais da EPT podem valer-se das ambiguidades dos instrumentos legais e políticas educacionais a seu favor, para desenvolver, no âmbito dos sistemas de ensino e das salas de aula, a EPT integrada?

O que é **Ensino Médio Integrado**?

O Ensino Médio Integrado pode ser compreendido, na perspectiva de uma escola unitária e politécnica, inspirada nas concepções gramscianas, como uma formação humana integral “mas que não se confunde com ela já que seus limites de formação integral estão dados pela possibilidade capitalista contemporânea” (Araújo; Frigotto, 2015, p. 66). É importante considerar que o cenário político e socioeconômico que se tinha quando do surgimento das ideias de Gramsci, no que se refere a esse tipo escola, apresentava-se diferente das que atualmente tomam forma em nosso País. Entendemos como escola unitária aquela “que desenvolve as potencialidades dos indivíduos (formação omnilateral), conduzindo-os ao desabrochar pleno de suas faculdades espirituais e intelectuais” (Saviani, 1999, p. 34-35).

Ensino Médio Integrado: **breves reflexões.**

Estudiosos/as da temática sobre Ensino Médio Integrado, a exemplo de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) e, ainda, Saviani (1989), abordam a crise de identidade do ensino médio e apresentam alguns questionamentos quanto aos objetivos desta etapa da Educação Básica, entre eles estão:

- Deve formar técnicos/as de nível médio especializados/as ou politécnicos/as?
- Preparar mão de obra para o mercado de trabalho ou cidadãos/ãs capazes de atuar no mercado de trabalho?
- Como encontrar equilíbrio entre formação geral, humanística e técnica?
- O ensino médio deve ser unitário ou diferenciado?

Nesse sentido, diante dos questionamentos Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), além de Saviani (1989), relacionados à formação dos/as estudantes no ensino médio na EPT, uma reflexão se faz necessária no que se refere a uma proposta de educação que privilegie a construção de uma escola única, integral e integrada ao ensino médio. Assim, conforme destacam Sant’Ana, Nogueira e Brito (2020):

[...] currículo integrado tem como objetivo compreender o conhecimento a partir do viés de uma visão global, promovendo a interdisciplinaridade. Sabe-se que as matrizes curriculares dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são constituídas de três bases: Base Nacional Comum (ciências exatas, ciências da natureza, ciências humanas, linguagens e matemática); Núcleo Diversificado; e Educação Profissional Disciplinas técnicas) (Sant’Ana; Nogueira e Brito, 2020 , p. 5).

Eixos do Ensino Médio Integrado

Conforme o art. 6º, inciso VIII, Resolução nº 3 de 2018, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, e orienta que o ensino médio integrado tenha como eixos centrais:

- a) o trabalho conceituado na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, ampliada como impulsionador do desenvolvimento cognitivo, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência;
- b) a ciência conceituada como o conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade;
- c) a tecnologia conceituada como a transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada, desde sua origem, pelas relações sociais que a levaram a ser produzida;
- d) a cultura conceituada como o processo de produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade (Brasil, 2018).

Figura 1 - Eixos Centrais do Ensino Médio Integrado



Fonte: Produção autoral, 2024.

O que é Currículo Integrado?

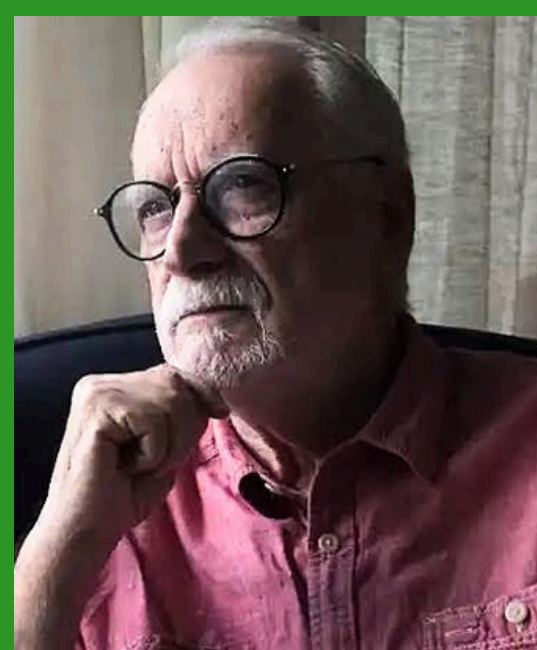
"O termo deve ser remetido ao seu sentido de amplitude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, o que implica tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos. No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, o que se dá é com a concepção de educação integrada é que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos em que se dá a preparação para o trabalho; seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (Ciavatta, 2005, p.85)."



"A ideia de formação, na concepção de Ciavatta (2005) sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente a sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (Ciavatta, 2005, p. 85)."



"O currículo integrado, na visão de Pacheco (2011) é uma possibilidade de inovar pedagogicamente, é uma forma de promover o diálogo entre as diversas disciplinas tanto da formação geral quanto da formação específica. Nesse sentido, compreende-se como primordial para o reconhecimento dos diferentes sujeitos sociais para os quais este se destina, leva em conta os mais diversos saberes produtivos em diferentes espaços sociais possibilitando que as escolas promovam e assumam a formação integral dos sujeitos de forma que possam compreender e se compreender no mundo abandonando a perspectiva estreita entre de formação para o mercado de trabalho (Pacheco, 2011, p. 42)."



"Compreendemos que organizar o currículo de forma integrada implica em romper com as falsas polarizações, oposições e fronteiras consolidadas ao longo do tempo. Como ponto de partida é preciso ratificar que o ensino integrado exige que a relação entre conhecimentos gerais e específicos seja construída de forma contínua ao longo da formação, sob os eixos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, ao invés de, inicialmente, se concentrar os conteúdos vinculados à educação geral e, posteriormente, proporcionar os componentes curriculares da formação técnica específica (Moura, 2012, p.11)."



"O método de exposição no trabalho pedagógico deve restabelecer as conexões dinâmicas e dialéticas entre os conceitos, reconstruindo as relações que constituem a totalidade concreta de sua origem, de modo que o objeto a ser conhecido revele-se de forma gradativa em suas particularidades inerentes. Para a autora, o currículo integrado sistematiza o conhecimento e realiza o processo ensino-aprendizagem de maneira "que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar/compreender" (Ramos, 2014, p.87). Assim, a integração demanda que a relação entre conhecimentos gerais e específicos seja desenvolvida de forma contínua durante a formação, considerando as categorias indissociáveis da formação humana: o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura (Ramos, 2014)."



Quais as **origens** desse conceito?

"Conforme mostrou Santomé (1988, p.11), ao longo do século XX muitos termos apareceram, desapareceram e reapareceram com certa frequência com o objetivo de chamar a atenção para a necessidade de superar a fragmentação dos conhecimentos e para a falta de diálogo entre o currículo e a realidade cotidiana. Foi nesse século também, segundo o autor, que o conhecimento escolar tornou-se ainda mais fragmentado, acompanhando a tendência imposta pelos novos padrões produtivos e pela superespecialização do trabalho.

Visando superar o modelo educacional vigente, surgiu, no início do século XX, uma das principais formulações educacionais que, mais tarde, fundamentam o conceito de currículo integrado. Seu autor foi o pensador e líder comunista italiano Antônio Gramsci, que durante sua prisão escreveu a obra Cadernos do Cárcere, no qual faz uma dura crítica ao modelo educacional italiano, propõe o conceito de "Escola Unitária" e aprofunda o conceito de Politécnica.

Para Gramsci, a "escola Unitária" deveria formar os trabalhadores de maneira integral, instrumentalizando-os para o exercício da profissão e o domínio da técnicas, dando-lhes acesso ao conhecimento geral produzido pela humanidade e preparando-os para serem os novos dirigentes da sociedade (Silva, 2014, p. 12)."



Organização Curricular na Educação Profissional e Tecnológica - EPT

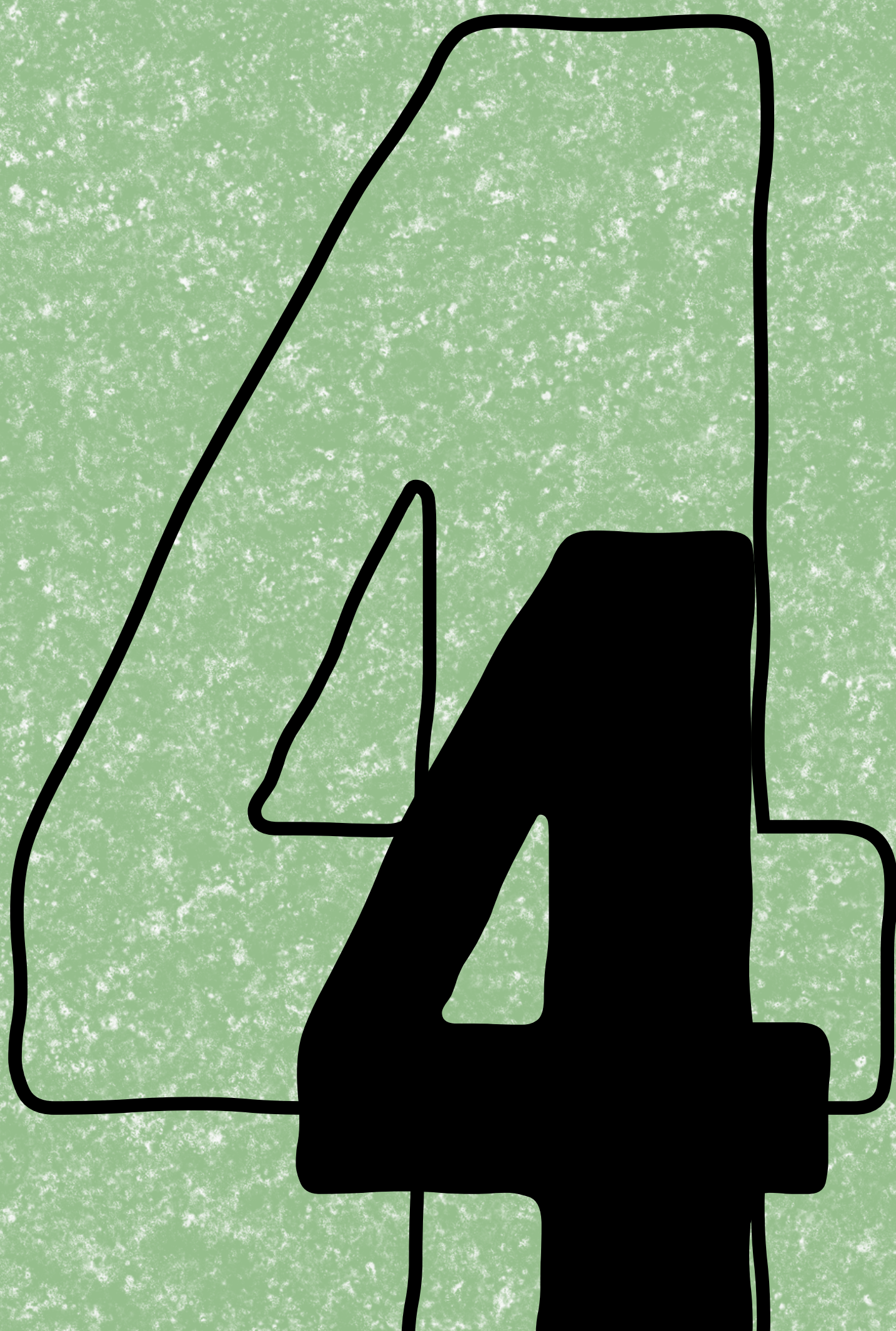
A organização curricular precisa estar pautada nos seguintes pressupostos que:

a) conceba o ser humano como ser histórico-social concreto, capaz de transformar a realidade em que vive; b) vise à formação humana como síntese de formação básica e formação para o trabalho; c) tenha o trabalho como princípio educativo no sentido de que o trabalho permite, concretamente, a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências e das artes (Ramos, 2005, p.105).

Ramos (2005) aponta ainda outros pressupostos nos quais a organização curricular precisa se pautar:

a) seja baseada numa epistemologia que considere a unidade de conhecimentos gerais e conhecimentos específicos e numa metodologia que permita a identificação das especificidades desses conhecimentos quanto à sua historicidade, finalidades e potencialidades; b) seja baseado numa pedagogia que vise à construção conjunta de conhecimentos gerais e específicos, no sentido de que os primeiros fundamentam os segundos e esses evidenciam o caráter produtivo concreto dos primeiros; c) seja centrado nos fundamentos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno, tendo como eixos o trabalho, a ciência e a cultura (Ramos, 2005, p.105).

PLANEJAMENTO CURRICULAR INTEGRADO



Planejamento Curricular no Ensino Médio Integrado: Contextualização e Definição

O ato de planejar é um processo intrínseco ao desenvolvimento das atividades no contexto escolar, considerando que todos os sujeitos da instituição, dentro de suas respectivas funções, necessitam pensar, estruturar, organizar seu trabalho e traçar seus objetivos.

"[...] o planejamento enquanto construção-transformação de representações é uma mediação teórica metodológica para ação, que em função de tal mediação passa a ser consciente e intencional. Tem por finalidade procurar fazer algo vir à tona, fazer acontecer, concretizar, e para isto é necessário estabelecer as condições objetivas e subjetivas prevendo o desenvolvimento da ação no tempo (Vasconcellos, 2000, p. 79)."



De acordo com Silva (2013), o planejamento sob a ótica da educação, apresenta-se com a seguinte configuração:

"a) no macrocontexto das políticas educacionais temos o conceito de planejamento educacional referindo-se ao planejamento dos sistemas de ensino e de suas redes;
b) no âmbito das instituições escolares temos o conceito de planejamento escolar referindo-se à organização da escola, dos tempos e espaços escolares;
c) no âmbito do currículo temos o planejamento curricular referindo-se às formas de reflexão e organização de temáticas, disciplinas em seus diversos campos de conhecimento;
d) no âmbito do ensino temos ainda o planejamento elaborado pelo professor (plano docente ou plano de trabalho docente) que compreende os conteúdos programáticos, objetivos e os procedimentos metodológicos e avaliatórios, bem como os recursos e materiais didático-pedagógicos (Silva, 2013, p.11)."



Ainda de acordo com Silva (2013), no que diz respeito ao campo de estudos de planejamento, é possível identificar três tendências: o gerenciamento da qualidade total, o planejamento estratégico e o planejamento participativo.

TENDÊNCIAS	CARACTERÍSTICAS
Gerenciamento da qualidade total	• Elaborado hegemonicamente, no Brasil, por Cosete Ramos; • Amparado no método de gestão empresarial pela qualidade total; • Construção de “novas” representações e significações sociais das práticas escolares; • A excelência está condicionada a capacidade que a escola tem de realizar um planejamento estratégico; • Emprego de termos que são comuns de encontrar no mundo corporativo: aluno = cliente; • Ações educativas devem ser alteradas de acordo com as necessidades da clientela; • Uso de modelos técnicos que tomam o mercado como exemplo de eficiência.
Planejamento Estratégico	• Também denominado de normativo ou racional; • Marcado pela concepção tecnocrática e economicista; • Adoção de instrumental técnico para alcançar maior eficiência; • Presença da burocratização nas instituições de Práticas Educativas Integradoras na Educação Profissional e Tecnológica; • Secularização do conhecimento; • Especialização; • Avaliação dos resultados baseado em normas; • O rendimento dos/as estudantes é aferido por testes padronizados.
Planejamento Participativo	• Elaborado de forma democrática por meio da participação coletiva; • Visão crítica do conhecimento; • Materialismo histórico-dialético; • Totalidade; • Diversidade; • Aceitação da subjetividade; • Revisão crítica; • Questionamento dos objetivos.

Fonte: Silva (2013).

Ao analisar as tendências do campo de estudo do planejamento e suas respectivas características, percebe-se que:

- O gerenciamento da qualidade total quer transpor um conceito: Teoria do Gerenciamento Empresarial para o campo da Pedagogia. Para isso, parte-se do pressuposto que deve haver uma “renovação” nos processos pedagógicos, que se dá quando a escola busca a excelência por meio de uma pedagogia da qualidade total. Nessa perspectiva, a escola exerce uma função essencial na reorganização da ordem capitalista, por ser esse ambiente fonte expressiva de investimento para o crescimento econômico;
- no tocante ao planejamento estratégico, sabe-se que essa tendência se fundamenta na ação instrumental de modelo positivista, por ser marcada por uma concepção tecnicista de planejamento;
- já o planejamento participativo ou interacional aparece como o mais democrático e humanizado dessas três tendências, por envolver a comunidade em sua elaboração e contar com a participação da coletividade em busca de uma identidade para a instituição.

Planejamento na Educação Profissional e Tecnológica

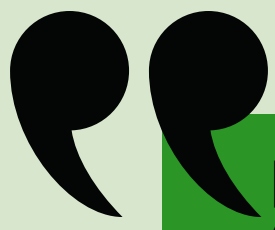
No âmbito de ensino, considera-se o planejamento como:

"[...] uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. (...) É um meio para se programar as ações docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligada à avaliação (Libâneo, 2013, p. 221)."



O planejamento em Educação Profissional e Tecnológica pode ser compreendido dentro das definições apresentadas anteriormente, porque a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é um dos campos epistêmicos do conhecimento do ensino básico, mas ao mesmo tempo ela surge como uma categoria que tem especificidades e que deve ser levada em consideração em qualquer ação que seja desenvolvida no contexto da educação profissional, que é a união entre escola e

trabalho ou, mais especificamente, entre instrução intelectual e trabalho produtivo. Na visão de Araújo e Frigotto (2015), o ensino integrado tem:



[...] como proposta não apenas para o ensino profissional. O ensino integrado é um projeto que traz um conteúdo político-pedagógico engajado, comprometido com o desenvolvimento de ações formativas integradoras (em oposição às práticas fragmentadoras do saber), capazes de promover a autonomia e ampliar os horizontes (a liberdade) dos sujeitos das práticas pedagógicas, professores e alunos, principalmente (Araújo; Frigotto, 2015, p. 63).



Dessa forma, o ensino médio integrado deve fomentar o desenvolvimento de práticas educativas que possibilitem a esses sujeitos a ampliação de sua capacidade de compreender a sua realidade e de a relacionar com a totalidade social – na concepção do Materialismo Histórico-Dialético, a totalidade pode ser compreendida como o todo que compõe a sociedade e suas múltiplas relações - bem como incitar a uma atitude humana transformadora materializada por meio do compromisso político com a formação ampla dos/as trabalhadores/as, alicerçada em projeto ético-político de transformação social.

Se o ensino médio integrado tem como objetivos uma formação integrada, crítica, humanizada, para que os sujeitos se tornem mais participativos na sociedade, o currículo construído pelas instituições precisa apresentar elementos que viabilizem esse tipo de formação.

Eixos **direcionadores** do Planejamento na Educação Profissional e Tecnológica - EPT

Na EPT, o planejamento deve ser construído a partir de dois eixos norteadores essenciais: **o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico**, afinal, são alicerces basilares para a organização e o desenvolvimento do currículo, principalmente no que tange aos seus objetivos, conteúdos e métodos.

O trabalho como **princípio educativo** é condição indispensável para a elaboração do currículo na EPT, por ser necessário superar a “[...] a dicotomia historicamente cristalizada da divisão social do trabalho entre a ação de executar e as ações de pensar, planejar, dirigir, supervisionar ou controlar a qualidade dos produtos ou serviços” (Brasil, 2013, p. 207).

No que tange ao **princípio pedagógico da pesquisa**, deve considerar “a metodologia da problematização como instrumento de incentivo à pesquisa, à curiosidade pelo inusitado e ao desenvolvimento

do espírito inventivo, nas práticas didáticas” (Brasil, 2013, p. 231).

Acreditar na **pesquisa como princípio pedagógico** significa investir na autonomia de aprendizagem dos/as estudantes, por meio de um processo formativo que os/as capacitem para a sua independência intelectual, estimulando-os/as a uma participação mais consciente e democrática nas relações de interação social, de forma que esses sujeitos não sejam apenas consumidores, mas que se envolvam, cada vez mais, como protagonistas.

Figura 2 - Possibilidades de Integração Curricular



Fonte: Produção autoral, 2024.

- **INTEGRAÇÃO DAS DISCIPLINAS EM QUATRO ÁREAS DE CONHECIMENTO** - Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, com suas respectivas tecnologias, são integradas por meio de um conjunto de objetivos comuns a todas as áreas e relacionados com a educação para o trabalho e demais práticas sociais.
- **INTEGRAÇÃO POR MEIO DE UM NÚCLEO DE ATIVIDADES CRIATIVAS TRANSFORMADORAS** - O núcleo de educação para o trabalho e outras práticas sociais é um componente curricular que constitui um objeto novo ou um objeto comum a todas as áreas. Esse núcleo é constituído por projetos e atividades de trabalho e de pesquisa que vitalizam os princípios educativos e lhes dão visibilidade.

- **INTEGRAÇÃO POR PROJETOS OU CENTROS DE INTERESSE** - Um centro de interesse e projetos de pesquisa e trabalho dele derivados atravessam o desenvolvimento do núcleo e das áreas em cada coletivo. No primeiro, o centro de interesse inclui a escola e a moradia dos/as estudantes. São formulados projetos de pesquisa e de transformação desses dois ambientes fundamentais de aprendizagem. No segundo ano, o centro de interesse para ser a comunidade que cerca a escola. No terceiro ano, os projetos individuais de vida e de sociedade que articulam o currículo passam a ter como centro de interesse a sociedade mais ampla. No caso do ensino médio integrado à educação profissional, no terceiro ano o centro de interesse passa a ser um projeto articulador dos componentes de educação profissional do técnico de nível médio correspondente.
- **INTEGRAÇÃO POR EIXOS TEMÁTICOS (TRABALHO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA)**. O trabalho e a pesquisa continuam como princípios educativos fundamentais para integrar como dimensões articuladoras as atividades de pesquisa e de intervenção desenvolvidas por grupos de estudantes e professores/as distribuídos/as com foco em cada um dos quatro eixos temáticos (trabalho, cultura, ciência e tecnologia) para desenvolver o projeto de cada período ou ano letivo.

O/A Pedagogo/a é parte constituinte do Processo de **Planejamento** Curricular Integrado

Conforme Edital nº 162/2022/Ifal, de 18 de novembro de 2022, as atribuições do/a pedagogo/a no Instituto Federal de Alagoas são: i) implementar a execução, avaliar e coordenar a (re)construção do projeto pedagógico de instituições de ensino médio ou ensino profissionalizante; ii) viabilizar o trabalho pedagógico coletivo e facilitar o processo comunicativo da comunidade escolar e de associações a ela vinculadas e iii) assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.



O pedagogo dos IFs executa a função de supervisão, com a proposta definida de organizar e sistematizar os diversos conhecimentos, saberes e princípios educativos advindos do processo de ensino e aprendizagem, de modo a contribuir com a transformação de uma educação de melhor qualidade (Brandt et al., 2014, p.68).



É importante destacar que a supervisão é entendida, nesses termos, de forma reconfigurada, não mais como fiscalizadora das ações docentes. Assim, “ao ressignificar e revalorizar a supervisão, reconceitua-se, de modo a compreendê-la na sua ação de natureza educativa e, portanto, sócio-pedagógica, no campo didático e curricular do seu trabalho, no seu encaminhamento coordenador” (Rangel, 1999, p. 75). Uma ação supervisora, que favorece o diálogo entre os sujeitos e entre o contexto escolar e social.

Desse modo, percebe-se que o ensino médio integrado é um espaço onde a atuação do/a pedagogo/a se faz necessária considerando, sobretudo, que a concepção de formação integral requer intencionalidade definida e clara quanto à organização e à sistematização da dimensão didática e pedagógica do currículo.

Quem é o/a Profissional Pedagogo/a?

O que, primeiramente, caracteriza a atuação do/a pedagogo/a é a intencionalidade educativa. Segundo Libâneo (2010) o pedagogo irá se ocupar de uma educação intencional e ressalta que nem sempre a atividade pedagógica é uma prática docente. O autor também coloca que:

[...] pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação dos saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica (Libâneo, 2010, p. 33).

O/A pedagogo/a precisará conhecer e compreender sobre os processos educativos, de forma mais abrangente. Os/As pedagogos/as podem ter demandas complexas que requerem conhecimentos e habilidades especializadas.

A atuação do pedagogo escolar é imprescindível na ajuda aos professores no aprimoramento do seu desempenho na sala de aula (conteúdos, métodos, técnicas, formas de organização de classe), na análise e compreensão das situações de ensino com base nos conhecimentos teóricos, ou seja, na vinculação entre as áreas do conhecimento pedagógico e o trabalho de sala de aula (Libâneo, 2010, p. 61).

O/A Pedagogo/a do Instituto Federal

O/A pedagogo/a nos IFs faz parte de uma equipe que é intitulada como equipe pedagógica e desenvolve seu trabalho, de forma colaborativa, com sua equipe a partir das concepções, das ideias, dos princípios e dos objetivos comuns ao grupo. A composição dessa equipe envolve profissionais com diferentes formações. Esse é um aspecto que apresenta fator positivo, considerando que abre espaço para diferentes pontos de vista, porém, com o mesmo objetivo na oferta de uma formação omnilateral dos sujeitos, assim as possibilidades de atuação do/a pedagogo/a são potencializadas quando há explicitude sobre qual educação se quer propor e sobre qual cidadão se quer formar.

Principais atribuições do/a Pedagogo/a na Instituição

1. Assessorar pedagogicamente docentes, coordenação de curso, direção de ensino e direção geral;
2. Oferecer suporte pedagógico aos discentes;
3. Atuar na tríade: Ensino, Pesquisa e Extensão;
4. Promover a formação continuada docente;
5. Participar de órgãos colegiados: Conselhos, Fóruns e Comissões.

O/A pedagogo/a, como mediador/a e articulador/a das práticas pedagógicas no *Campus*, pode colaborar com a construção de práticas docentes transformadoras e, diante disso, elencamos, a partir de Vasconcellos (2002), para tanto:

- Acolher o/a professor/a em sua realidade, em suas angústias; a partir do reconhecimento das necessidades e das dificuldades. A atitude de acolhimento é fundamental também como uma aprendizagem do/a professor/a em relação ao trabalho que deve fazer com os alunos;
- Fazer a crítica dos acontecimentos, ajudando a compreender a própria participação do/a professor/a no problema, a perceber as suas contradições (e não acobertá-las);
- Trabalhar em cima da ideia de processo de transformação;
- Buscar caminhos alternativos; fornecer materiais; provocar para o avanço;
- Acompanhar a caminhada no seu conjunto, nas suas várias dimensões (Vasconcellos, 2002, p. 89).

Formas de atuação do/a Pedagogo/a no Planejamento Curricular Integrado

ANTES	• Estudar documentos orientadores.
DURANTE	• Participar dos momentos de discussões de forma colaborativa; • Orientar e auxiliar na compreensão das etapas pelas quais são desenvolvidos os elementos requeridos para a construção do currículo; • Sugerir modificações visando melhorias no planejamento curricular.
DEPOIS	• Analisar o Projeto Pedagógico do Curso (PCC) e emitir parecer pedagógico; • Acompanhar e assessorar a implementação do PCC; • Articular, junto aos sujeitos, as mudanças que forem necessárias para um novo processo de reformulação do PCC, que pode acontecer a cada dois anos ou conforme as normativas legais da instituição.

Fonte: Adaptado de Vasconcellos (2002).

Possíveis desafios que podem emergir no Processo Curricular Integrado

O/A pedagogo/a pode se deparar com alguns limites que inviabilizam a boa relação com professores/as no que se refere ao desenvolvimento de práticas que entendem o currículo como um processo que se deve materializar de forma integrada no ensino médio integrado. Tais limites podem ser provenientes da concepção de supervisor como fiscalizador ou do entendimento de currículo como uma imposição.

Possíveis limites que o/a pedagogo/a pode se deparar no processo de planejamento curricular integrado:

- Indisponibilidade de tempo (tanto dos/as docentes quanto do/a pedagogo/a) para estudos e discussões coletivas;
- aprofundamento dos conhecimentos acerca das bases conceituais da EPT e sobre currículo/currículo integrado e como ocorre sua construção;
- diversidade de áreas e disciplinas (formação profissional e formação geral) com as quais o/a pedagogo/a precisa interagir e colaborar para a interdisciplinaridade;
- promoção da discussão sobre o PCC pela comunidade escolar antes de encaminhá-lo para aprovação dos órgãos superiores.

Possibilidades de **minimizar** os desafios

Os obstáculos que eventualmente possam surgir na relação pedagogo/a e docentes tendem a ser superados, considerando que essa relação tem como pressuposto a mediação, sendo necessário, portanto, considerar as peculiaridades inerentes à EPT. É esse tipo de relação imprescindível que se busca, em uma instituição, que se propõe ofertar um currículo que garanta a formação integral dos/as estudantes, por meio de um planejamento integrado, ações de modo a conceber como relevante a figura do/a pedagogo/a, de forma colaborativa, como parte integrante do processo de formação continuada dos/as docentes da Rede Federal de Ensino.

Sem o intuito de prescrição, listamos possibilidades, a partir do nosso olhar e das nossas vivências, inclusive, em práticas investigativas nesse tocante, para que o/a Pedagogo/a possa contemplar, no intuito de tentativa de superar os desafios no processo de planejamento curricular integrado:

- Estar aberto/a ao diálogo e negociar cronograma de estudos e discussões de forma colaborativa com os docentes e demais profissionais da equipe pedagógica;
- Dedicar-se a atividades que possibilitem seu aprofundamento intelectual, que inclua estudar legislações e trabalhos científicos relacionados à educação, de forma ampla, e à EPT, em específico, além de produzir textos científicos e materiais que possam auxiliar em sua prática pedagógica;
- Participar de eventos, cuja tônica possa lhe assegurar uma interação, inclusive entre os pares, com vistas à produção de conhecimento científico que possa servir como forma de retroalimentação às práticas profissionais, especialmente, no âmbito da formação docente com vistas à integração curricular;

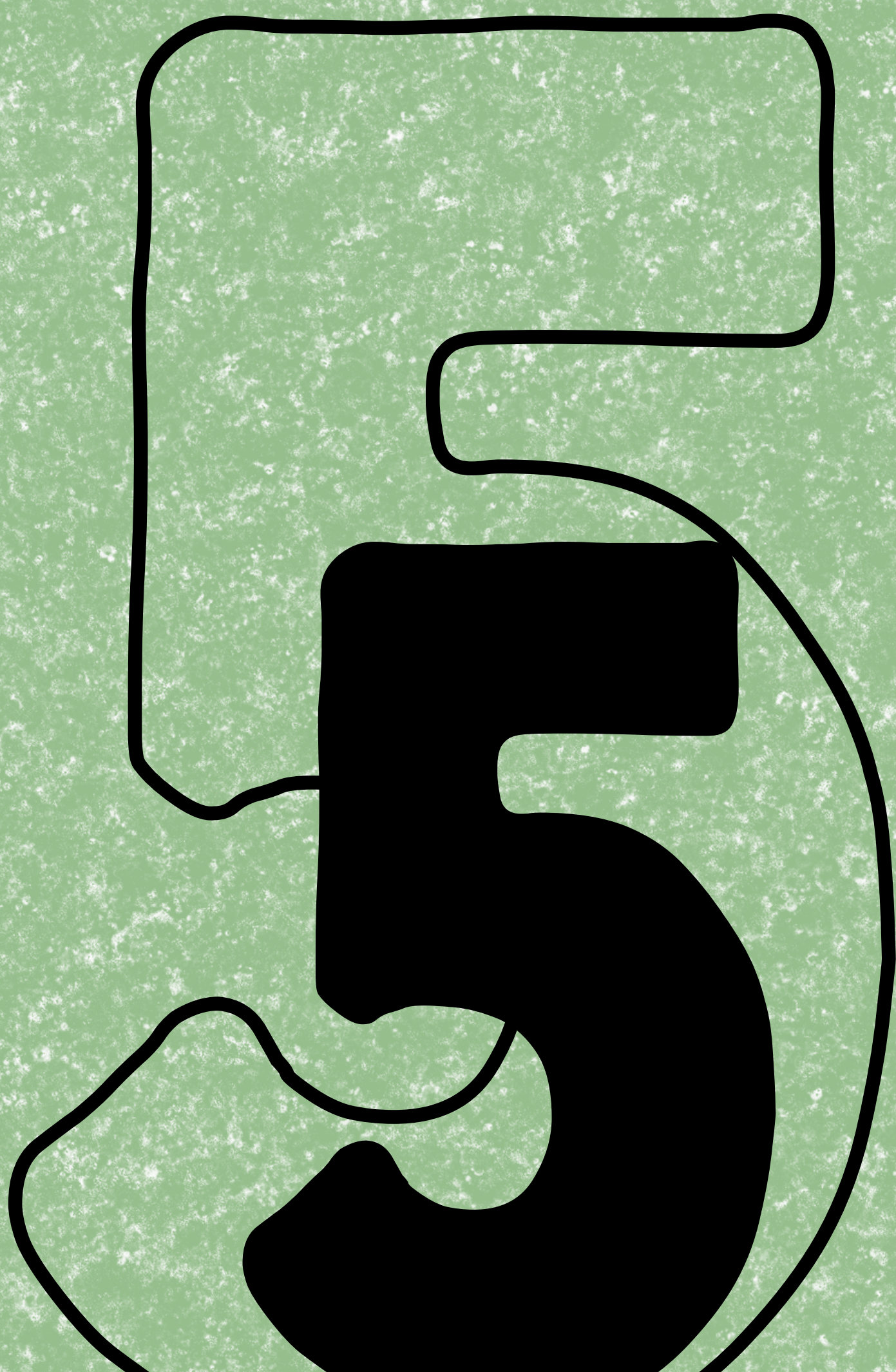
- Desenvolver formações objetivando refletir que a interdisciplinaridade não tem por pretensão a negação, diluição ou fusão das disciplinas, nem, tampouco, a valorização do senso comum em detrimento do conhecimento científico. O que se pretende com a interdisciplinaridade é uma revisão das formas tradicionais de se entender e produzir saberes, buscando alternativas e olhares inovadores ou, ainda, para além daqueles ofertados numa perspectiva estritamente tradicionalista;
- Organizar formas variadas, presenciais ou não, que possibilitem maior participação da comunidade escolar nas proposições apresentadas na reformulação do PPC antes de encaminhá-lo aos órgãos superiores institucionais para a sua avaliação e validação.

O Papel do/a Pedagogo/a no Processo de Planejamento Curricular Integrado na EPT

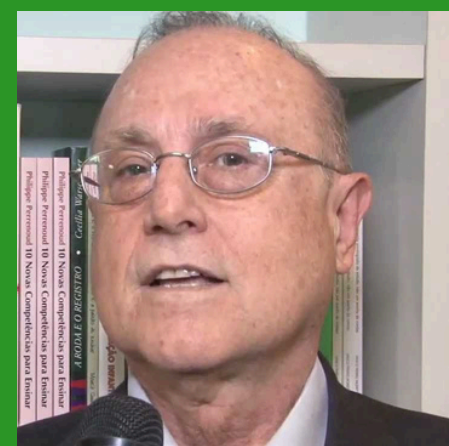
Ainda na esteira por nós pretendida, com o intuito reflexivo, a que se presta este PE, esboçamos alguns aspectos que julgamos relevante para a articulação de processos formativos in locus. Cabe destacar, reiterativamente, que, além de não termos o intuito prescritivo, a nós, é caro compreender que cada espaço é único, além de que as necessidades de cada espaço também se mostram de forma muito peculiar. Ainda assim, sem a intenção de esgotar, traçamos alguns desses pretensos aspectos mobilizadores.

- Incentivar e motivar os sujeitos a participarem do processo;
- Promover encontros formativos que discutam a temática currículo e currículo integrado;
- Possibilitar reflexões quanto a importância dessa construção, suas repercussões nas práticas e, conseqüentemente, na formação ofertada aos/às estudantes;
- Reforçar a importância dos princípios: interdisciplinaridade, contextualização e transformação social;
- Articular os trabalhos pedagógicos que envolvem a construção/reformulação dos projetos, considerando aspectos como o contexto social; os sujeitos e sua histórias; saberes; a organização da instituição; a cultura, a teoria e prática, entre outros;
- Ressaltar a importância de estes projetos terem como finalidade uma formação humana integral, com fins emancipatórios e que, portanto, rompam com práticas excludentes e/ou desumanizadoras.

FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE



Considerando os saberes do/a Pedagogo/a no que se refere ao campo educacional, as mediações que este/a realiza na dimensão pedagógica da instituição de ensino pode favorecer o aperfeiçoamento das práticas, em especial, das práticas desenvolvidas pelo corpo docente, essa relação que o/a Pedagogo/a pode estabelecer com os/as docentes é necessária e tende a ser materializada por meio da formação continuada dos/as professores/as. A formação continuada dos/as docentes pode ser mediada pelo/a pedagogo/a e a consideramos como um processo necessário, conforme salienta Gadotti (2011), imerso em uma perspectiva freiriana.



[...] a formação continuada do professor deve ser concebida como uma reflexão, pesquisa, ação, descoberta, organização, fundamentação, revisão e construção teórica e não como mera aprendizagem de novas técnicas, atualização em novas receitas pedagógicas ou aprendizagem das últimas invenções tecnológicas (Gadotti, 2011, p. 41).

Neste contexto, é preciso pensar nos saberes docentes que alicerçam o ofício do/a professor/a, a esse respeito Tardif (2014) salienta que:

[...] há muito se tem percebido que as práticas docentes e que os saberes que a permeiam não dizem respeito, única e exclusivamente, aos conhecimentos advindos dos cursos de formação inicial nem mesmo dos de formação continuada, pois os professores aprendem no exercício da profissão docente, no decorrer da construção de sua trajetória profissional (Tardif, 2014, p.64).

A partir do levantamento dos saberes que permeiam a prática docente, o/a Pedagogo/a pode contribuir positivamente nos espaços dos Institutos Federais, como nos explica Libâneo (2010):

[...] a atuação do pedagogo escolar é imprescindível na ajuda aos professores no aprimoramento do seu desempenho na sala de aula (conteúdos, métodos, técnicas, formas de organização de classe), na análise e compreensão das situações de ensino com base nos conhecimentos teóricos, ou seja, na vinculação entre as áreas do conhecimento pedagógico e o trabalho de sala de aula (Libâneo, 2010, p.61).

Assim, o/a Pedagogo/a ao pensar em processos de formação continuada que dialoguem com as necessidades reais dos/as professores/as pode fazer um levantamento prévio de tais necessidades para que a tematização da prática pedagógica reflita as expectativas dos sujeitos, que farão, por conseguinte, parte desse processo formativo. Os momentos de formação continuada carecem de ser organizados de forma a possibilitar os/as professores/as a refletirem sobre a prática pedagógica em uma perspectiva de transformação com o fito de que se alcancem os objetivos educacionais na perspectiva de formação cidadã, comprometida socialmente e de viés crítico-emancipatório.

O Passo a passo para um Plano de Formação Continuada Docente

A formação continuada é um fator de grande relevância em qualquer profissão, e, quando nos voltamos à área da Educação, ter um plano anual de formação continuada de professores/as pode ser um diferencial. Afinal, é necessário refletir sobre a prática docente de maneira constante, ainda em um mundo tão moderno e competitivo como atualmente. Concernente a isso, não deixamos de reconhecer o caráter neoliberal que, em grande monta, está presente nos planos e nas propostas de formação continuada de docentes, o que, no caso específico deste trabalho, tal necessidade de atendimento a uma demanda de arranjos produtivos do capital se desconfigura com a Educação Politécnica e Integral ofertada para os sujeitos que estão no campo da EPT da Rede Federal de Ensino.

Para nós, o atendimento ao mercado de trabalho se diferencia completamente daquilo que concebemos como formação para o “mundo do trabalho”, uma vez que aquele está para uma perspectiva profissionalizante (de caráter técnico) enquanto que este está para uma perspectiva profissional (de caráter emancipatório, crítico).

Não existe uma formação que seja abrangente e suficiente para formar o/a profissional professor/a, pois se assim fosse, o capital cultural seria estagnado, o que representaria uma limitação. A formação continuada se dá após a inicial, ou seja, durante o exercício da vida profissional. A formação continuada docente:



[...] é um processo contínuo de desenvolvimento pessoal, profissional e político-social, que não se constrói em alguns anos de curso, nem mesmo pelo acúmulo de cursos, técnicas e conhecimentos, mas pela reflexão coletiva do trabalho, de sua direção, seus meios e fins, antes e durante a carreira profissional (Silva, 2011, p.15).



Com efeito, posicionamo-nos que o aprendizado não termina quando deixamos a sala de aula, ao concluir um curso e receber um certificado para o exercício profissional. [Aprender ao longo da vida](#) é uma necessidade constante, ainda mais em um mundo em evolução, sobretudo, que no qual exige escolhas e posicionamentos. Nesse sentido, a formação continuada para educadores é uma oportunidade de acesso a novos saberes para poder elaborar, também, práticas inovadoras de ensino e, com isso, poder mediá-las em processos formativos e autoformativos. Aliás, esse é um [direito de todos os professores](#), estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 1996.

Formação Continuada de Professores/as em 5 passos.

A formação continuada dos/as professores/as pode ser estruturada por meio dos seguintes passos:

Definição do cronograma de Formação Continuada

É essencial definir um cronograma de formação continuada dos/as professores/as com foco na melhoria dos resultados das aulas e reforçando a aprendizagem dos/as estudantes. Desse modo, docentes e equipe pedagógica se reúnem para traçar um cronograma de encontros semanal, mensal e que, juntos, formam o planejamento anual. É importante lembrar que esses encontros podem ser feitos em diferentes dias e locais, inclusive via *internet*, por meio de videoconferência, o que permite maior acessibilidade para todos/as.

Entendimento que somente a teoria não é o suficiente

A realização de reuniões para o plano anual de formação é imprescindível, contudo, esses momentos não são suficientes porque os/as professores/as tendem a precisar de uma formação a longo prazo e voltada à parte prática. Além disso, boa parte dos/as professores/as procura um motivo real para discutir um dado assunto, algo semelhante à aprendizagem significativa. Ou seja, se procuramos repensar a maneira como os nossos/as alunos/as aprendem, nada mais justo que dar uma atualização a formação dos/as profissionais, oferecendo metodologias ativas que se conectem a uma prática

direcionada às metas da instituição. Nesse cenário, as metodologias mão na massa podem fazer a diferença, de forma que os/as professores/as coloquem a mão na massa e se deparem com casos e situações hipotéticas, objetivando a reflexão sobre como agir diante daquele caso.

Metodologia que visa a uma abordagem mais prática cuja pretensão é a de aproximação entre os saberes já adquiridos e aqueles novos, pondo a “mão na massa”.

Estabelecimento de Competências Profissionais

A competência profissional significa o domínio de saberes de diferentes fontes, de modo a incluir excelência na prática docente por meio da resolução de problemas, desafios e questões da carreira educativa. Ela possui três aspectos: o saber sobre o saber fazer e o saber ser. O “saber sobre” se refere à aquisição de conhecimentos que ressaltam a competência de trabalhar com qualidade, tanto do ponto de vista pedagógico como educativo. O “saber fazer” indica o conhecimento de habilidades e procedimentos, com o intuito de interferir adequadamente na escrita e revisão das produções dos/as alunos/as. Por fim, o “saber ser” tem a ver com a execução de valores e ações compatíveis com a função do/a professor/a. Em outras palavras, revela-se como a capacidade de ser uma melhor pessoa e profissional, sabendo analisar a sua conduta e corrigindo posturas/pensamentos que não levem a boa relação com os/as demais professores/as e alunos/as.

Consciência do Perfil Profissional e Funções do/a Professor/a

Os/As professores/as somente poderão contribuir para uma escola melhor quando tomarem ciência do seu real papel dentro do ambiente educacional. Nesse cenário, a autonomia intelectual, o domínio do currículo e das metodologias adequadas, as competências prático-reflexivas são algumas características que o sujeito deve ter ao assumir o seu trabalho como um/a profissional da Educação. Em relação às suas funções, temos, por exemplo, a gerência dos trabalhos de classe e a concepção, realização, análise e avaliação das situações didáticas, sendo capaz de interferir no processo de ensino e aprendizagem dos/as estudantes. Essa consciência diz respeito a

estar preparado/a para ajudar o/a estudante na aquisição da aprendizagem, avaliando os seus pontos de melhoria e avanços; assim como acentuando o conhecimento prévio e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e profissionais.

Escolha dos ambientes e momentos de Formação

Pedagogos/as, professores/as e demais atores do processo educacional podem elencar os ambientes e momentos onde serão discutidas as temáticas atuais, podendo ser um encontro semanal, quinzenal ou conforme o regimento de cada instituição. Com a educação *online* e híbrida tão em alta, é vantajoso aproveitar esse movimento e usá-lo na formação continuada dos/as professores/as. Quanto às escolhas dos ambientes, podemos lançar reuniões de forma online, presencial e híbrida, conforme a opção dos/as profissionais e estrutura da instituição. Da mesma forma, é benéfico também investir na participação do quadro docente em: eventos (*workshops*, feiras); encontros via zoom; reuniões presenciais, podendo ser com algumas pessoas remotamente e em diversos outros ambientes, a depender dos/as professores/as e equipe pedagógica.

Pautas Formativas: Construção de Saberes Docentes em Formação Continuada



Encontros formativos coletivos são essenciais ao desenvolvimento de diversos tipos de reflexões e autorreflexões, com o intuito, em grande monta, de potencializar os processos de ensino-aprendizagem.

Para cada encontro formativo, faz necessária a organização de uma pauta e, nela, estruturar cada momento junto aos/as professores/as. Organizar e realizar uma formação pedagógica continuada no contexto da escola não é uma tarefa tão simples, mas é um rico desafio, pois nos coloca em movimento de inventividade, criatividade e de alinhamento de intencionalidades, ou seja, é um momento de aprendizado.

Refletindo sobre a organização de uma **Pauta Formativa**

Nossa intenção, ao longo deste processo, que é autorreflexivo, a partir de nossa experiência e do contato com pedagogos/as da Rede Federal de Ensino, é que, embora na necessária compreensão de variáveis intervenientes quanto à explicitude do/a Pedagogo/a, na Rede, de forma sistematizada, ansiamos que, o produzido a seguir, possa servir como mote reflexivo para organização de momentos formativos em seu campo de atuação, Pedagogo/a. Nesse sentido, vamos refletir?

- Quais são, então, os pontos estruturais para elaborar uma pauta formativa? Primeiro é fundamental anotar qual é o objetivo que se pretende alcançar e, assim, tornar esse momento de encontro coletivo, o mais proveitoso possível.
- De onde parte esse objetivo? De necessidades observadas no contexto escolar (nas salas de aulas, nos resultados das avaliações (externas e internas), por exemplo. É possível também que ele seja ilustrado nas formações coletivas, em um comentário apresentado por um/a docente, em uma resposta a uma pergunta, em momentos de diálogos e de dúvidas, em resultados de uma produção em pequenos grupos e assim por diante. Por isso, o olhar da figura do/a mediador/a desse processo tende a ser acurado para vários espaços da escola e a escuta ativa, cada vez mais, desenvolvida e expandida.
- O essencial é promover uma pauta para esse momento onde ele deixe de ser meramente formal e passe a fazer parte da construção de reflexões pautadas nas necessidades observadas no cotidiano escolar, ou seja, para além de um momento informativo (que também é importante, mas muitas informações podem acontecer por *e-mail* e/ou outras formas comunicativas) ele deve ser, prioritariamente, formativo.
- O momento de formação coletiva deve ser elaborado previamente e várias etapas precisam ser pensadas para que se possa alcançar o que foi pretendido apresentando claramente a intencionalidade para cada ação. Lembrar, também, de elaborar situações que favoreçam o aprendizado ou início de reflexões que serão direcionadoras de encaminhamentos à necessidade elencada e priorizando a aprendizagem dos/as alunos/as e, isso, pode acontecer com estudos de casos criados pelo/a próprio/a pedagogo/a, que fará a mediação do encontro.

Como elaborar uma **Pauta Formativa**

Roteiro:

- **Identificação**

Além de dar um tom oficial ao documento, o cabeçalho ajuda a localizá-lo em caso de consultas para planejamentos futuros.

- **Objetivos**

Deixe explícitas as metas de aprendizagem, relacionando-as com as estratégias que serão desenvolvidas ao longo do encontro.

- **Conteúdos**

O excesso de informações pode tornar a formação não muito significativa. Opte por trabalhar somente um tema por vez, dependendo da complexidade dele.

- **Materiais**

Definir e especificar os objetos necessários aos estudos faz com que eles sejam providenciados com antecedência.

- **Desenvolvimento**

- a) Momento Cultural - Uma leitura, a apresentação de um vídeo ou uma conversa sobre uma notícia, uma exposição ou filme em cartaz para iniciar a reunião;
- b) Resgate de saberes - Ao retomar as conclusões anteriores (quando houver), é possível verificar os saberes construídos e marcar a continuidade do plano de formação.
- c) Olhar reflexivo - Planeje as estratégias para problematizar a prática docente. Tome como objetivo de reflexão bons exemplos de situações didáticas;
- d) Previsão das respostas - Antecipe as possíveis reações em função dos problemas didáticos enfrentados. Isso ajuda a pensar em outras possibilidades de abordagem;
- e) Hora de resumir - planeje momentos de interlocução para amarrar o conteúdo. Sistematize os conhecimentos com base nos registros coletivos.

- **Avaliação**

Reserve um espaço para indicar se as ações foram realizadas e descrever situações que tenham saído do planejamento.

Dicas para montar um **Calendário Formativo**



1. Mostre aos/às professores/as que o cronograma formativo será pautado pelas dificuldades diagnosticadas;
2. Explícite que é importante demonstrar os objetivos de aprendizagem docente;
3. Considere que a proposta formativa precisa ajudar os/as professores/as a pensarem sobre a sua própria formação e atender a quais os objetivos da escola com encontros e temas;
4. Explique como a formação vai acontecer, a partir de quais métodos e como os temas serão abordados;
5. Valide o cronograma com propostas formativas (é preciso analisar se os/as professores/as concordam);
6. Permita que esse planejamento de formação seja avaliado durante o ano, para ser remodelado (replanejado) a partir do que está dando certo ou não.

Sugestões de Temas para Formação **Continuada**

Uma formação humana integral pressupõe uma educação que leve em conta todos os aspectos da vida, o trabalho, a ciência e a cultura, e que prepare o/a aluno/a para além de ser um/a mero/a reproduzidor/a. Essa concepção de educação integral propõe

[...] superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar[...]. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política (Ciavatta, 2005, p. 85).

Nesse contexto, apresentamos alguns temas que podem fazer parte do processo de formação continuada tencionando aprofundamento teórico para o planejamento curricular integrado.

- **Currículo** - Discussão sobre as principais teorias curriculares.

[Clique aqui para acessar ou acesse via QrCode ao lado](#)



- **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil** - Identificação histórica dos principais marcos de consolidação da EPT no Brasil e suas peculiaridades.

[Clique aqui para acessar ou acesse via QrCode ao lado](#)



- **Ensino Médio Integrado** - Discussão sobre as especificidades do Ensino Médio Integrado e seus desafios contemporâneos.

[Clique aqui para acessar ou acesse via QrCode ao lado:](#)



- **Currículo e Formação Integrada** - Análise dos princípios, concepções e fundamentos do Currículo Integrado à Formação Integrada.

[Clique aqui para acessar ou acesse via QrCode ao lado:](#)



- **Impactos da atual Reforma do Ensino Médio e o Currículo Integrado** - Identificação e discussão sobre os principais impactos resultantes da materialização da reforma empresarial da educação em curso na concepção e luta pela implementação do currículo integrado na educação básica.

[Clique aqui para acessar ou acesse via QrCode ao lado:](#)



- **Reforma do Ensino Médio: regressão dos direitos sociais** - Refletir sobre as relações entre Ensino Médio e a Educação Técnica de Nível Médio face à reforma tratada na Lei 13.415/2017.

[Clique aqui para acessar ou acesse via QrCode ao lado:](#)



- **A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais** - Discussão que pode contribuir para as aproximações teórico-conceituais e metodológicas quanto à inserção de práticas com vistas à interdisciplinaridade, no sentido de estabelecer pontes entre os componentes da formação geral e os da formação profissional.



[Clique aqui para acessar ou acesse via QrCode ao lado:](#)

- **Ensino Médio Integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios** - Discussão sobre princípios basilares da EPT no contexto brasileiro com vistas ao entendimento de seus fundamentos, práticas adotadas e os desafios a partir da criação da Rede Federal de Ensino, em 2008.



[Clique aqui para acessar ou acesse via QrCode ao lado:](#)

Fundamentos legais e normativos para Educação Profissional Tecnológica

Educação Profissional Técnica de Nível Médio

1. Artigos 36-A, 36-B, 36-C e 36-D, bem como Inciso II do §2º do Art. 39 da LDB: [Lei nº 9.394/1996](#), na redação dada pela [Lei nº 11.741/2008](#); Art. 4º do [Decreto nº 5.154/2004](#), na redação dada pelo [Decreto nº 8.268/2014](#) e inciso V do Art. 36 da LDB: [Lei nº 9.394/1996](#), na redação dada pela [Lei nº 13.415/2017](#).

2. Parágrafo Único do Art. 36-D e § 1º do Art. 39 da LDB: [Lei nº 9.394/1996](#), na redação dada pela [Lei nº 11.741/2008](#); Inciso II do § 6º do Art. 36 da LDB: [Lei nº 9.394/1996](#), na redação dada pela [Lei nº 13.415/2017](#); Art. 30 da [Resolução CNE/CEB nº 06/2012](#), definida com base no [Parecer CNE/CEB nº 11/2012](#).

3. Parágrafo Único do Art. 36-A, Inciso I do Art. 36-B, Artigos 36-C e 36-D, bem como Inciso II do §2º do Art. 39 da LDB: [Lei nº 9.394/1996](#), na redação dada pela [Lei nº 11.741/2008](#); Art. 4º do [Decreto nº 5.154/2004](#), na redação dada pelo [Decreto nº 8.268/2014](#); Inciso V do

Art. 36 da LDB: [Lei nº 9.394/1996](#), na redação dada pela [Lei nº 13.415/2017](#) e Art. 7º da [Resolução CNE/CEB nº 06/2012](#), e seu [Parecer CNE/CEB nº 11/2012](#).

4. Inciso I do Art. 36-C da LDB: [Lei nº 9.394/1996](#), na redação dada pela [Lei nº 11.741/2008](#); Inciso I do § 1º do Art. 4º do [Decreto nº 5.154/2004](#), na redação dada pelo [Decreto nº 8.268/2014](#); Inciso V do Art. 36 e § 3º do mesmo artigo da LDB: [Lei nº 9.394/1996](#), na redação dada pela [Lei nº 13.415/2017](#); e alínea “a” do Inciso I do Art. 7º da [Resolução CNE/CEB nº 06/2012](#), fundamentada no [Parecer CNE/CEB nº 11/2012](#).

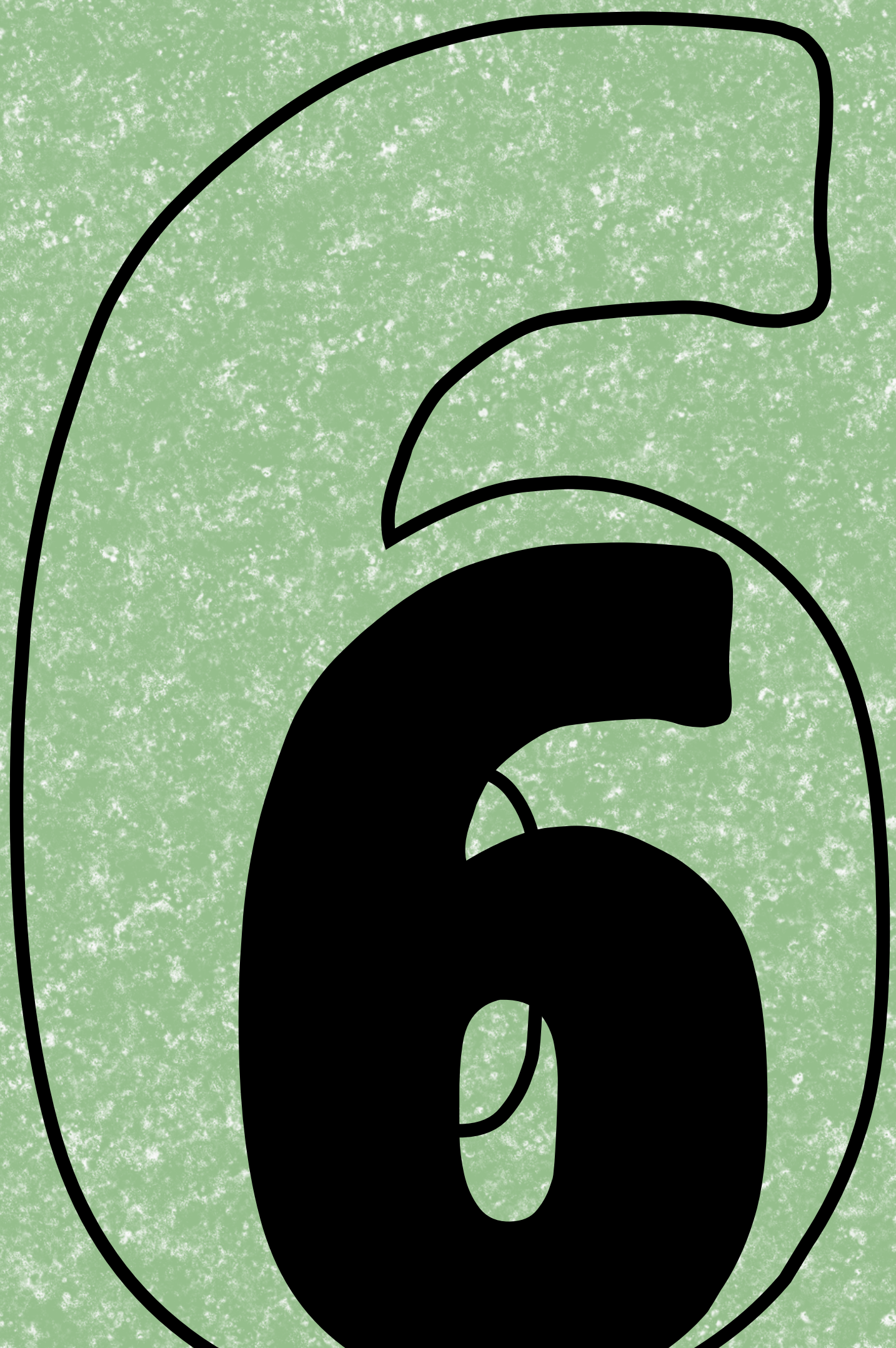
5. Inciso II do Art. 36-C da LDB: [Lei nº 9.394/1996](#), na redação dada pela [Lei nº 11.741/2008](#); § 8º do Art. 36 da LDB: [Lei nº 9.394/1996](#), na redação dada pela [Lei nº 13.415/2017](#); Inciso II do § 1º do Art. 4º do [Decreto nº 5.154/2004](#), na redação dada pelo [Decreto nº 8.268/2014](#) e Art. 8º da [Resolução CNE/CEB nº 06/2012](#), fundamentada no [Parecer CNE/CEB nº 11/2012](#).

6. Alínea “c” do Inciso II do Art. 36-C da LDB: [Lei nº 9.394/1996](#), na redação dada pela [Lei nº 11.741/2008](#); Alínea “c” do Inciso II do § 1º do Art. 4º do [Decreto nº 5.154/2004](#), na redação dada pelo [Decreto nº 8.268/2014](#); Art. 8º da [Resolução CNE/CEB nº 06/2012](#), fundamentada no [Parecer CNE/CEB nº 11/2012](#) e [Parecer CNE/CEB nº 12/2011](#).

7. Inciso II do Art. 36-B da LDB: [Lei nº 9.394/1996](#), na redação dada pela [Lei nº 11.741/2008](#); Inciso II do § 1º do Art. 4º do [Decreto nº 5.154/2004](#), na redação dada pelo [Decreto nº 8.268/2014](#); e Art. 9º da [Resolução CNE/CEB nº 06/2012](#), definida com fundamento no [Parecer CNE/CEB nº 11/2012](#).

8. Art. 24 e Art. 31 da [Resolução CNE/CEB nº 06/2012](#), fundamentada no [Parecer CNE/CEB nº 11/2012](#).

IMPRESSIONES DO PESQUISADOR- PEDAGOGO



O que dizem os/as Pedagogos/as?

O nosso contato com os/as pedagogos/as participantes da pesquisa se deu por meio de questionário diagnóstico (aplicado em outubro de 2023, por meio de questionário semiestruturado via *Google Forms*) e entrevista (realizada individualmente em novembro de 2023, de forma presencial). Vale destacar que durante a nossa pesquisa nos movimentamos por meio do seguinte questionamento: **“Tendo em vista o papel institucionalizado do/a Pedagogo/a na Rede Federal de Ensino, como, por meio de ações formativas docentes, pode-se promover discussões pautadas na concepção de Currículo Integrado voltadas a docentes da Formação Geral e da Formação Profissional?”**

Vejamos alguns questionamentos direcionadas aos/às pedagogos/as, participantes do estudo, e que delinearam a nossa intenção de alinharmos respostas ao questionamento lançado:

Pergunta: Qual a sua participação no processo de planejamento, elaboração e revisão dos currículos dos cursos do Ensino Médio Integrado?

PEDAGOGO/A 1	PEDAGOGO/A 2
[...] Essa participação é total, a gente realmente... são os momentos que nós mais somos solicitadas. Essa parte de planejamento, elaboração, revisão dos currículos, o pedagogo é primordial nesses momentos. Então a gente nem pode dizer que não participaria de um momento como esse, porque esse é o papel que intrínseco ao nosso ao nosso trabalho, então a gente não pode realmente [hesitação] e a participação da gente é dando formações, porque às vezes requer a formação para que o professor também possa participar de um modo mais coerente, e a elaboração e revisão porque ele já existe, muitos desses documentos já existe, então a gente tenta melhorar cada vez mais, adequar as situações que a gente vai vivenciando como agora a gente tem vivo na EJA como falei para você que os estudantes estão passando... tanto os estudantes quanto os professores estão percebendo que este projeto de curso já não atende mais, que ele precisa ser revisado, então são nesses momentos que a gente começa a fazer as revisões, reelaboração, reescrever o documento, procurar adequar à nova realidade.	[...] Essa discussão, principalmente no que diz respeito a revisão dos currículos, fica muito preso à questão da matriz curricular, da carga horária dos componentes, dos próprios componentes que vão estar presentes lá na matriz, lá no projeto de curso, se vai atender a todos os docentes daquela determinada área. Então por mais que a gente tenha a participação de orientação, de participar da elaboração do texto... Mas o que fica mais evidente na cabeça de boa parte dos docentes é a matriz, muitos (docentes) não estão preocupados com a questão de todo o conjunto do todo do documento, porque o projeto do curso ele não se limita à matriz, ele vai ter a caracterização da instituição, ele vai ter os objetivos, o perfil do curso, o perfil do egresso do alunos que nós vamos colocar pro estágio, pro trabalho, que a gente vai formar, mas assim, tem toda essa trajetória, mas o que fica mais evidente é a questão da matriz. Isso eu tenho observado, desde quando eu cheguei aqui, eu não cheguei a observar inicialmente porque já tinham feito a reestruturação na época, mas pelo o que eu tomei conhecimento, a preocupação maior foi a matriz e quando ocorreu em 2019 que eu já estava, que eu ingressei em 2011 aqui no <i>Campus</i> , quando ocorreu a reestruturação em 2019, foi justamente, no final de todo o trabalho em dezembro de 2019 quando concluíram todos os trabalhos, o que

	estava mais ali em evidência era a questão da matriz que atendia a todos os interesses, se contemplava os componentes que muitas vezes a gente observa assim que um componente foi dividido em dois, três componentes justamente para atender porque você trabalha com um pedacinho o outro trabalha com outro pedacinho e aí vem a questão: e o integrado? Onde é que fica? Né? Porque a nossa proposta não é a de ensino médio integrado ao técnico? Se a gente não consegue integrar os componentes, a gente não consegue integrar os conteúdos? Se a gente não consegue a gente vai integrar o quê? Desculpa!
--	--

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Pergunta: Você percebe diferenças em relação ao trabalho que desenvolve junto aos/às professores/as da parte que trabalham com a área da formação geral e da formação técnica profissional?

PEDAGOGO/A 1	PEDAGOGO/A 2
[...] Não, não sinto. Assim, nós temos a parte técnica também muito boa. Nós temos professores da formação técnica que tem uma atitude docente, mesmo sem a formação específica de docência, mas eles têm uma visão muito boa. Então a gente tem, por exemplo, o professor que tenta ao máximo transformar a vida desses estudantes, inclusive esses estudantes muitas vezes seguem as carreiras que esses professores seguiram. Esses estudantes tentam uma formação naquela área porque se inspiram nessas vidas. Então, o amor que eles têm por aquela área, pela aquela profissão que eles atuam, às vezes, é transmitido para o aluno. Então o estudante que se identifica com aquele professor pelo amor que ele tem, às vezes, pela disciplina e aprende muito com ele. Então nós temos tanto	[...] Têm muito professores que nós temos na instituição [hesitação] muitos docentes que são da formação geral e que, muitas vezes, eles não demonstram tanto interesse no trabalho pedagógico e podem até considerar insignificante o papel do pedagogo na instituição e por outro lado nós podemos ter docentes da formação técnica, que são da formação da área técnica e que eles têm uma visão pedagógica, têm uma preocupação com o pedagógico. Nós vamos ter, pelo menos no nosso <i>Campus</i>, docentes da formação geral preocupados com a parte pedagógica do mesmo jeito que nós vamos ter também docentes das áreas técnicas, como nós vamos ter docentes da formação geral e área técnica que não vão está preocupados, vão está apenas preocupados com o seu “pedacinho”, com o

professores da formação geral quanto professor da formação técnica muito bem preparados. Temos aqueles que têm um pouco de dificuldade, mas no geral temos professores muito bem preparados.	seu componente, com a quantidade de aulas que vão dá. Então é algo assim que a gente não pode nem fazer julgamentos, eu não posso olhar para o professor que é da área técnica e dizer assim, que ele não gosta do trabalho que eu desenvolvo e julgar o da área da formação geral já como um professor que já tem uma base pedagógica, então eu não posso porque pode acontecer de existir uma contradição na postura de cada um.
--	--

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Pergunta: O planejamento curricular traz contribuições para a organização da prática docente? De que maneira?

PEDAGOGO/A 1	PEDAGOGO/A 2
[...] Sem planejar a gente não consegue atuar, não é?! O planejamento é o princípio, então a gente primeiro tem que pensar o que é que a gente quer, o que é que a gente almeja. Então se eu não planejo, se eu não penso no currículo, se eu não penso naquilo que deve ser feito, como é que posso atuar na prática? Então, sem planejamento a prática fica impossível de ser realizada, não é?! Às vezes, ela é realizada de uma forma instantânea, então sem pensar a gente não pode fazer isso. Então enquanto formadores que somos a gente tem que planejar nossas ações.	[...] Com certeza, olhe, sempre nos momentos tanto das formações gerais enquanto até nas conversas mesmo informais e até por ser pedagoga, por ter passado mais de 20 anos em uma sala de aula, eu sempre vou defender o planejamento, claro que não o planejamento de uma forma que você faz o planejamento, elaborou aquele documento, encaminhou e aí cumpriu com a cobrança, foi obrigação. Não! Mas o planejamento que você vai está ali acompanhando o que você está trabalhando, você vai está preocupado com a forma que está acompanhando, você vai ter consciência de que aquele planejamento ele precisa ser flexível, a gente bate nessa tecla. Olhe! O planejamento é essencial, é uma necessidade que nós profissionais temos. Além de ser uma necessidade, o planejamento precisa ter uma flexibilidade porque eu posso sim, planejar e durante meu processo de trabalho, no desenvolvimento das minhas aulas observar que eu preciso rever meu planejamento. Então eu preciso ter esse olhar, eu não posso enxergar o planejamento somente como algo que eu vou fazer para cumprir com uma obrigação, com uma cobrança da instituição. Então o ato de planejar não somente na nossa área da educação, mas em todas as áreas o ato de planejar é essencial. Quando a gente planeja, a gente tem, a gente pode até errar, mas as possibilidades são menores de cometer a falha e quando nós não planejamos, nós vamos na base do improviso e na base do improviso eu não vou estar desenvolvendo um trabalho que vai contribuir positivamente para o processo de ensino e aprendizagem do nosso estudante e o nosso objetivo tem que ser o estudante, o ato de planejar pensando no estudante...se eu planejo, chego lá na minha aula, observo que a minha turma ela vai ter dificuldade de acompanhar o que eu planejei, então eu preciso rever o que eu planejei e rever no sentido de refazer para tentar adequar as necessidades da turma.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Pergunta: Há aspectos que precisam ou podem ser melhorados quanto ao planejamento curricular e suas contribuições para prática dos docentes?

PEDAGOGO/A 1	PEDAGOGO/A 2
[...] Sim, com certeza, vários. Um deles seria a frequência nas reuniões de planejamento mais próximo um do outro porque a gente demora um pouco, às vezes, para fazer essas ações [pausa], esses planejamentos. Isso se deve até ao fato da correria do cotidiano, das aulas que são uma atrás da outra, da falta de tempo, às vezes, do ato de planejar, assim, parar para estar pensando... mas essas formações e o planejamento que a gente executa, quando a gente para e a gente faz ele, porque ele é primordial, é essencial então o professor, às vezes, faz isso muito sozinho, então [pausa] e sozinho, às vezes, por não querer ou achar que aquele planejamento é uma coisa dele, da área dele, típica dele. Então, o que a gente poderia melhorar é fazer com que o professor, claro, não são todos, conheçam o papel do pedagogo de uma forma mais... [pausa] e quanto a gente poderia contribuir para a área dele, para a atuação dele. Eu acho que isso falta um pouco no Instituto de um modo geral, o professor perceber que o pedagogo é importante. Quando a gente faz tudo junto é bom porque tanto o professor quanto o pedagogo quanto o aluno cresce. Mas tem aqueles momentos que infelizmente o professor não busca e a gente não sabe o que ele está fazendo, que é como tem acontecido e às vezes a gente percebe essa relação por meio do relato dos estudantes que chegam aqui e diz assim: “olha tá acontecendo assim na sala de aula, não é?!”. Então, isso seria uma coisa bastante rica, essa troca, então quando ela acontece, ela é perfeita, ela ajuda a gente, ela ajuda o estudante e é muito boa.	[...] Sim, sempre há, uma educação [pausa]. Por mais que a gente trabalhe as diversas temáticas, sempre haverá uma necessidade de nós continuarmos com o trabalho e até porque o planejar ...[pausa] o planejamento requer que a gente tenha conhecimento do currículo, das metodologias, da sistemática de avaliação. Não é planejar apenas pensar nos conteúdos. É como eu disse na questão anterior, o planejamento que eu possa pensar no meu estudante, então, a gente recebe o estudante para o nível médio integrado técnico, sendo que nós recebemos o estudante de diversas localidades do estado e com as diversas diferenças. Aqueles que vêm de escolas particulares que estudaram, fizeram cursinho para ingressarem no Instituto, nós temos aqueles que vêm de escola pública que muitas vezes nem tem todos os professores de todos os componentes curriculares , aqueles que já chegam com dificuldades, dificuldades de aprendizagem, aqueles que vão ter deficiências, os transtornos, então eu preciso sempre está em um processo de aprendizagem, enquanto profissional para conhecer, para aprender, para entender, para planejar e para atuar de uma forma que eu contribua o máximo possível para que o meu aluno, ele consiga aprender, então nessa questão não é somente uma prática docente voltada para o meu espaço, para a minha área, seja técnica ou de formação geral, para os meus conteúdos, mais é um pensar para um todo e esse todo envolve seres humanos que são os nossos estudantes.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Observou-se que os/as pedagogos/as vivenciam a busca pela construção da identidade profissional constantemente no espaço onde atuam e enfrentam variáveis de ordem que não estão nos seus limites de alcance, mas que, não obstante a isso, desempenham o seu papel como Pedagogos/as na busca incessante do desenvolvimento de possibilidades voltadas à elevação de um currículo integrado, mesmo diante da configuração atual da formação docente no lócus observado.

Contudo, mesmo diante de algumas interveniências em suas atuações por eles/elas alegadas, percebemos, a partir de seus relatos, de suas impressões, que o/a pedagogo/a desenvolve um trabalho de relevância pedagógica essencial para a construção do seu papel nos Institutos Federais, a considerar que este/a profissional detém saberes pedagógicos que o/a possibilitam aprender a conviver com as diferenças, inclusive, reconhecendo-as, na pluralidade, e respeitando-as. De forma rotineira, tem acionado dispositivos, in locus, bem como, para a reafirmação da relevância do seu papel nos processos educativos, de forma ampla, na Rede Federal de Ensino, bem como por meio do engajamento com frentes diversas em cada espaço de atuação.

A partir das nossas reflexões, oriundas de inquietações nossas ao chegar ao ProfEPT e transportas à pesquisa na Rede, concebemos o/a pedagogo/a como um profissional que contribui, de forma significativa, para a formação docente e o planejamento curricular do EMI, tendo em conta instrumentais que lhe levam a contar com aspectos teórico-metodológicos, organizacionais, integrativos, interdisciplinares, avaliativos, entre tantos outros, que são, inclusive, ressignificados em suas práticas profissionais. Com isso, compreendemos que o potencial do trabalho desse/a profissional no contexto de desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas coopera, significativamente, para o desenvolvimento profissional dos/as docentes e para a formação omnilateral dos sujeitos, tanto docentes quanto estudantes.

**ALGUMAS
CONSIDERAÇÕES,
QUE NÃO SE TENHAM
COMO FINAIS**



Antes de fazer quaisquer considerações, cabe destacar que, ao iniciar esta pesquisa, lançamos como objetivo geral: “refletir, a partir das contribuições do/a pedagogo/a da Rede Federal de Ensino, sobre os processos formativos docentes que enalteçam o currículo integrado entre docentes da formação geral e da formação profissional na Rede Federal de Ensino, especificamente, no *Campus* Satuba do Instituto Federal de Alagoas (Ifal)”, e como objetivos específicos: 1) Analisar in locus, no âmbito da formação continuada docente, pautada na abordagem do currículo integrado na Rede Federal de Ensino, a atuação do pedagogo na Rede; 2) Identificar as concepções de currículo integrado presentes no trabalho pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica e; 3) Elaborar, de forma colaborativa, um Caderno (auto) Reflexivo do/a Pedagogo/a, que tratasse do trabalho pedagógico do/a pedagogo/a na promoção da discussão do currículo integrado no Instituto Federal de Alagoas (Ifal), tendo em vista o lócus de investigação no qual atuamos para a geração de dados.

Diante disso, inicialmente, vislumbramos a possibilidade de se realizar uma reflexão a partir das contribuições do/a pedagogo/a na Rede Federal de Ensino, por meio do planejamento curricular integrado e da formação docente, em especial, com vistas à Formação Humana Integral, à Politecnia e à Omnilateralidade, bem como aos saberes profissionais docentes na atuação do Ensino Médio Integrado.

Na consideração do/a pedagogo/a como o/a profissional responsável pela coordenação das práticas pedagógicas, compreendemos que cabe a este/a profissional assumir-se também, sobretudo, como educador/a e combater o que desumaniza a escola como reprodução de aspectos como ideologias dominantes, autoritarismo, conhecimento desvinculado da realidade, a evasão, a lógica classificatória e excludente, a discriminação social que pode ocorrer na escola e por meio dela. Pudemos ver tais categorias de registro por meio das falas de nossos/as participantes de pesquisa, que, por meio dos instrumentos aplicados, revelam os processos acessados para o desenvolvimento de sua prática profissional na Rede Federal de Ensino. Ainda nessa direção, destacamos a importância do diálogo, pois, como afirma Freire (1987, p. 78), “o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu”.

As contribuições do/a pedagogo/a no planejamento curricular integrado podem convergir para a formação de jovens e adultos que, mediados/as por docentes responsáveis pela oferta de seu currículo integrado, num espaço formal de formação profissional, cuja tradição no lócus investigado guarda narrativas por mais de 100 (cem) anos, desde a sua concepção, formam a classe trabalhadora do nosso País e desenvolvem reflexões em prol de lutas pelas transformações sociais que emergem a partir, sobretudo, do conhecimento escolar e profissional que se busca no ensino médio integrado à EPT, como, inclusive, uma das formas de reparação social, sobretudo, num estado

que amarga historicamente desigualdades, como é o caso de Alagoas, situado no Nordeste brasileiro.

Pelo exposto, acreditamos que o nosso estudo, materializado neste Caderno (auto) Reflexivo, possa servir, de algum modo, não como modelo pronto, engessado, mas que possa servir como uma alternativa para que o/a pedagogo/a possa refletir sobre aquilo que nos dispusemos a tratar, ainda que de forma sucinta, na miríade de atuação desse/a eminente profissional que, certamente, tanto na Rede Federal de Ensino como num contexto mais amplo escolar é essencial para a promoção de mudanças no atual contexto educacional brasileiro. No caso da Rede Federal, pode ser, inclusive ser concebido como um agente imprescindível na realização de espaços formativos voltados à promoção da discussão da Integração Curricular na perspectiva de, cada vez mais, dirimir dúvidas quanto a teorias e propostas para a realização de tal feito, que nos é, conforme apontam as bases conceituais a que estamos vinculados, um dos grandes desafios na formação profissional voltada ao “mundo do trabalho”.

Temos a necessária consciência, pelos dados coletados, que o profissional Pedagogo/a, na Rede Federal de Ensino, carece de políticas sistemáticas mais voltadas à sua atuação, inclusive, visando ao favorecimento de sua melhor atuação em processos formativos nesses loci. Cabe destacar que mesmo que a pesquisa tenha se voltado a um espaço e um público específico de profissionais, ela é passível de novos olhares e de novas atualizações, com vistas a desdobramentos, cuja essencialidade da discussão da profissionalização do Pedagogo/a seja necessária.

Por fim, é importante considerar que cada contexto guarda as suas especificidades e que estas precisam ser consideradas pelo/a pedagogo/a ao desenvolver a sua prática no que se refere ao tema aqui pesquisado, sempre dando ênfase na relação do eu para com o tu, nos processos colaborativos e na relação praxiológica necessária no encontro pedagógico em processos educativos, tanto formais quanto não-formais. Esperamos, com isso, que o PE desenvolvido possa cumprir tal desiderato, mesmo sem a pretensão de alcançar a unanimidade dos pontos por nós recortados para este trabalho, tampouco a pretensa necessidade de tomá-lo como acabado. De fato, ele é produto, advindo de um processo, em que contamos com a participação ativa de pedagogos/as, imbuídos em seus fazeres profissionais, que, mesmo ante as dificuldades quanto à parcial explicitude de suas funções, fazem-nas com muito mérito e extrema dedicação. São a estes/estas profissionais que depositamos estas sementes de reflexão.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Edital nº 162/2022**, de 18 de dezembro de 2022. Concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva na carreira de técnico-administrativo em educação. Instituto Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Trad. Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRANDT, Andressa Grazielle. NASCIMENTO, Franc-Lane Sousa Carvalho; MAGALHÃES, Nadja Regina Sousa; R. S.; SILVA, Marylucia Cavalcante. O trabalho do pedagogo nos IFs: uma busca pela qualidade da educação profissional tecnológica. **Revista EIXO**, Brasília - DF, v.3 n.1, janeiro-junho de 2014. p. 67-74.

BRASIL. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm. Acesso em: 20 mai. 2024.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 3**, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN32018.pdf. Acesso em 18 de mai. 2024.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 7/2020**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECPN72020.pdf?query=NOT%C3%93RIO%20SABER. Acesso em: 18 mai./2024.

BONFIM, Patrícia Vieira; MARQUES, Débora Mota.; GLÓRIA, Giovani Falconi. Da lei à lida: o trabalho do pedagogo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. **RevistAleph**, n.23, julho 2015 Ano XIII. p. 67-85.

Clavatta, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**, v.3, n.3, 2005. Disponível em: http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_03/TN3_Clavatta.pdf. Acesso em 20. mai. 2024.

Frigotto, Gaudêncio. Clavatta, Maria. Ramos, Marise. A **Política De Educação Profissional No Governo Lula**: um Percurso Histórico Controvertido. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a17>>. Acesso em: 10 mai./2024.

Gadotti, Moacir. **Boniteza de um sonho**: ensinar-e-aprender com sentido. 2. ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011.

Libâneo, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 9.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

Moura, Dante Henrique. Políticas públicas para a educação profissional técnica de nível médio nos anos 1990 e 2000: limites e possibilidades. In: Oliveira, Ramon de. (Org.) **Jovens, ensino médio e educação profissional**: Políticas públicas em debate. Campinas, SP: Papirus, 2012.

_____. Lima Filho, Domingos Leite. A reforma do ensino médio: regressão de direitos sociais. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 109-129, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/760/pdf>. Acesso em: 02 mai. 2024.

Pacheco, Eliezer. **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2011.

Rangel, Mary. Supervisão: do sonho à ação – uma prática em transformação. In: Ferreira, N. S. C. (org.). **Supervisão Educacional para uma escola de qualidade**: da formação à ação. São Paulo: Cortez, 1999.

Ramos, Marise Nogueira. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: Frigotto, G.; Clavatta, M.; Ramos, M. (orgs.) **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

Ramos, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: da conceituação à operacionalização. **Cadernos de Pesquisa em Educação** – PPGE/UFES. Vitória, ES. A. 11., v. 19, n. 39, p. 15-29, jan./jun. 2014.

RIZZATTI, Ivanize. Maria; MENDONÇA, Andrea Pereira.; MATTOS, Francisco; RÔÇAS, Giselle. SILVA, Marcos André B. Vaz da; CAVALCANTI, Ricardo Jorge de Sousa.; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657/7658> Acesso em: 20 jun. 2023.

RÔÇAS, Giselle; MOREIRA, Maria Cristina do Amaral; PEREIRA, Marcus Vinicius. Esquece tudo o que te disse: os mestrados profissionais da área de ensino e o que esperar de um doutorado profissional. **Revista ENCITEC**, v. 8, n. 1, p. 59-74, 2018. Disponível em: <http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/encitec/article/view/2624/1228> Acesso em: 20 mai. 2024.

SANT'ANA, Wallace Pereira. NOGUEIRA, Sara Maria Souza; BRITO, Wanderley Azevedo de. Reflexões sobre o currículo integrado na educação profissional e tecnológica: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 18, p. e8813, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/8813>. Acesso em 15 de dez. de 2023.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da Educação**: LDB trajetórias, limites e perspectivas. 8. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, Dermeval. A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da ideia. In: FERREIRA, N. S. C. (org.). **Supervisão Educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação**. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As origens da modalidade de Currículo Integrado. In: **Globalização e Interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988, cap. 1, p. 1-11.

SILVA, Adriano Larentes da. **Currículo Integrado**. Florianópolis: IFSC, 2014.

SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da. A formação de professores na perspectiva crítico e emancipadora. **Linhas Críticas**, Brasília, DE, v.17, n. 32, p. 13-31, jan./abr. 2011.

SILVA, Tomas Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução as teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

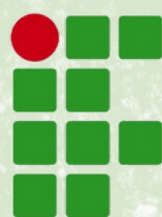
SILVA, Marta Leandro da. **Planejamento escolar na perspectiva democrática**. São Paulo: Vozes, 2013.

SOUSA Jr., Justino de. Politecnia e omnilateralidade em Marx. **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte: NETE, jan/jul, 1999, n. 5, p. 98-114. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9150>

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento projeto de ensino**. Aprendizagem e projeto-político pedagógico: do projeto político-pedagógico. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2000.



INSTITUTO
FEDERAL
Alagoas

